

# JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO NO BRASIL



Banco  
Mundial

VOLUME I

Achados Relevantes para as Políticas Públicas

Relatório No. 32310-BR  
Estudo sobre Jovens em Situação de Risco no Brasil

Coordenação: Wendy Cunningham

Jovens em Situação de Risco no Brasil  
(em dois volumes)

Volume I	Achados Relevantes para as Políticas Públicas (Policy Briefing)
Publicação	Unidade de Gerenciamento do Brasil Unidade de Gestão do Setor de Desenvolvimento Humano Região da América Latina e do Caribe
Edição	Zezé Weiss
Revisão	André Noblat, Josbertini Clementini, Mariza Soares e Mauro Azeredo
Produção	Mariza Soares
Apoio	Carla Zardo
Coordenação Geral	Zezé Weiss
Projeto Gráfico	Extrema Comunicação

Brasília, Junho de 2007



Documento do Banco Mundial

**Vice-Presidente**  
**Diretor para o Brasil**  
**Diretor do Setor de Desenvolvimento Humano**  
**Gerente do Setor de Saúde**  
**Gerente do Setor de Desenvolvimento Humano no Brasil**

Pamela Cox  
John Briscoe  
Evangeline Javier  
Helena Ribe  
Kathy Lindert

Ao apresentar os resultados do Estudo sobre Jovens em Situação de Risco, o Banco Mundial espera contribuir para o debate desta área central para o desenvolvimento do Brasil a longo prazo. Além de agregar a experiência de outros países e contextualizá-la para o Brasil, o Estudo indica os custos monetários, tanto quanto os custos pessoais e sociais, do desperdício do potencial representado pelo segmento da juventude brasileira em situação de risco. Nos últimos anos, o Brasil vem cada vez mais desenvolvendo e implementando políticas públicas efetivas para melhorar a qualidade de vida e de oportunidades para o seu contingente de mais de 34 milhões de brasileiros e brasileiras entre 15 e 24 anos, ou seja, de 20% da sua população. Acertadamente, essas políticas partem do princípio de que a juventude brasileira constitui um grupo homogêneo, razão porque quaisquer ações precisam respeitar a sua diversidade e o seu dinamismo.

O Estudo mostra que a maior parte da juventude brasileira conta com boas perspectivas de futuro. Infelizmente, o Estudo mostra também que uma parcela significativa dessa mesma juventude encontra-se em situação de risco e precisa de atenção especial do Estado e da Sociedade Civil. Esta publicação espera poder contribuir com informações relevantes para que o Governo Brasileiro e as entidades que trabalham com jovens no Brasil possam ampliar seus programas e ações em defesa de todos os segmentos juvenis do País. O Estudo mostra, ainda, que os grandes desafios enfrentados pela juventude brasileira jovens demandam um tratamento amplo e integrado das políticas públicas. Nesse sentido, o Banco Mundial coloca-se à disposição para continuar sendo um parceiro do Brasil, e disponibiliza este Estudo como parte da sua contribuição para ajudar a equacionar alguns dos seus mais complexos desafios de desenvolvimento - a construção de um ambiente mais favorável para o crescimento e engajamento cidadão da sua juventude.

**John Briscoe**

**Diretor do Banco Mundial para o Brasil**

## Prefácio

Este trabalho foi produzido pelo Banco Mundial como contribuição para um melhor entendimento do segmento de juventude em situação de risco no Brasil atual. O Estudo espera complementar, em parte, pesquisas sobre o subconjunto da população brasileira sobre o qual já existem excelentes estudos em fase de preparação, execução, ou já concluídos, todos eles buscando agregar conhecimentos específicos sobre o tema geral da juventude brasileira. Além de relevante em si mesmo, o tema ajusta-se também ao propósito do Banco Mundial de trabalhar com o Governo Brasileiro para definir estratégias de investimento nos setores mais pobres e mais vulneráveis, cumprindo assim com sua missão institucional de reduzir a pobreza no Brasil e no mundo.

Este trabalho faz uso de análise estatística rigorosa e emprega instrumentos diferentes dos usualmente utilizados num estudo sobre jovens. Isso foi feito visando acrescentar uma nova dimensão ao debate sobre o desenvolvimento da população juvenil. As principais características e contribuições do relatório são:

- Resume em um único documento a incidência dos diversos comportamentos de risco adotados por jovens, e compara-os aos de outros países, e à população adulta;
- Desenvolve uma metodologia para estimar o custo monetário, em Reais causado pelo segmento de juventude em situação de mesmo a si mesmo e ao País;
- Coleta e analisa dados para identificar fatores ambientais – ao nível do indivíduo, da família, da comunidade, da sociedade e do País – que predispõe jovens a engajar-se em comportamentos de risco;
- Usa dados de painel para mapear o percurso da infância à idade adulta; e,
- Baseia-se no que foi aprendido com o trabalho do Banco em outros países, trazendo informações sobre programas empiricamente testados e comprovadamente efetivos, com aprendizados institucionais que podem ser úteis para prevenir ou mitigar comportamentos de risco entre jovens brasileiros/as.

Este primeiro volume - Achados Relevantes para as Políticas Públicas - resume os resultados estatísticos detalhados no segundo volume - Relatório Técnico. Aqui é feita uma breve revisão das conclusões empíricas, enfatizando-se as implicações dos resultados analíticos para o desenvolvimento de políticas e programas voltados para jovens no Brasil. O estudo apóia-se também nas experiências de outros países para embasar as recomendações feitas.

Por resultar de um estudo com foco bastante definido, este relatório não inclui uma revisão institucional abrangente das organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com jovens. Foi feito apenas um pequeno exercício de levantamento e análise de dados quantitativos, cujos resultados estão distribuídos por todo o Estudo. Pela mesma razão, restringe-se a oferecer idéias que possam contribuir para a discussão geral do tema, não pretendendo apresentar ou sugerir ao Governo Brasileiro nenhum programa específico para lidar com a premente necessidade de cuidar dos e das jovens em situação de risco no país.

**Wendy Cunningham**

**Coordenadora do Estudo sobre Jovens em Situação de Risco no Brasil**

## Índice

<b>1. Introdução</b> .....	9
<b>2. Principais Conclusões</b> .....	10
2.1. Jovens em Situação de Risco são parcela substancial da população brasileira .....	10
2.2. Jovens Brasileiros/as: um Grupo Heterogêneo que Requer Políticas Heterogêneas .....	12
2.3. Reduzir Comportamentos de Risco para Promover o Desenvolvimento Juvenil .....	16
2.4. Causas que Inserem Jovens em Situações de Risco .....	18
2.5. O Custo de Não Investir Cedo é de Bilhões de Reais por Coorte Jovem .....	18
<b>3. Conclusões e Considerações sobre Políticas de Juventude</b> .....	21
3.1. Conceber e Detalhar uma Estratégia de Investimentos para Jovens, baseada em Evidência Empírica .....	21
3.2. Propiciar o Ambiente Adequado para a Prevenção de Riscos.....	22
3.3. Programas Corretivos .....	25
3.4. A Responsabilização de Agentes como Estratégia Central: Atribuir e Coordenar Responsabilidades Institucionais entre um amplo grupo de agentes, levando em conta suas vantagens comparativas .....	28
<b>Referências</b> .....	31
<b>Anexo 1: Índice de Bem-estar Juvenil</b> .....	33
<b>Equivalências Monetária</b> .....	34
<b>Siglas e Abreviaturas</b> .....	34
<b>TABELAS</b>	
Tabela 1: Jovens em Situação de Risco no Brasil e em Países da Comparação .....	11
Tabela 2: Jovens versus População Adulta e Heterogeneidade entre Jovens.....	12
Tabela 3: Identificação da “Idade Jovem” como a Idade de Transição da Infância para a Idade Adulta.....	14
Tabela 4: Papel Proposto para cada Ator no Desenvolvimento de Estratégias para os Jovens, com base em Vantagens Comparativas Institucionais.....	27
<b>QUADROS</b>	
Quadro 1: Influências Demográficas e Socioeconômicas no Desenvolvimento de Comportamentos Juvenis de Risco .....	13
Quadro 2: Fatores-Chave Correlacionados a Comportamentos de Risco ou Eventos Arriscados entre Jovens Brasileiros/as .....	17
Quadro 3: Custos de Comportamentos de Risco ou Eventos Arriscados entre Jovens, milhões de R\$ em 2002 <sup>a</sup> .....	20
<b>GRÁFICOS</b>	
Gráfico 1: Índice de Bem-Estar Juvenil, por Estado Brasileiro.....	16
Gráfico 2: Estratégias de Investimento Social Atual e Ótima no Ciclo de Vida .....	18
<b>CAIXAS</b>	
Caixa 1: Desenvolvimento Cerebral na Adolescência.....	15
Caixa 2: Os Custos Imensuráveis do Abandono Precoce da Escola.....	19
Caixa 3: Fontes de Informações sobre Programas Avaliados .....	22
Caixa 4: Investir nas Crianças e nos Pais: O Programa Pré-escolar de Perry.....	23
Caixa 5: Modelos para Jovens na América Latina – o Futuro da Transição Escola/Trabalho para Jovens em Situação de Risco? .....	26
Caixa 6: Políticas por Jovens e para Jovens .....	29
Caixa 7: Rio de Janeiro - Programas da Cidade e do Estado .....	30
Caixa 8: A Participação Juvenil no Centro das Políticas .....	30

## 1. Introdução

A maior parte da juventude brasileira encontra-se bem encaminhada e com boas possibilidades de tornar-se parte produtiva da sociedade, com condições de contribuir para o bem comum e para os interesses coletivos.<sup>1</sup> Três quartos dos e das jovens brasileiros/as afirmam que estão felizes consigo mesmos/as e com suas vidas.<sup>2</sup> Trata-se de um grupo suficientemente numeroso para representar substancial contribuição ao presente e ao futuro da sociedade: 19% da população brasileira têm entre 15 e 24 anos de idade, e esses/as jovens são um terço da população jovem da América Latina.<sup>3</sup> Entretanto, existe uma minoria de pessoas que não estão atravessando com sucesso os anos experimentais da juventude. Esses e essas jovens, usualmente chamados de jovens em situação de risco, são o tema deste Relatório.

Jovens em situação de risco são pessoas que, pela presença de determinados fatores em suas vidas, podem ser levadas a assumir comportamentos ou experienciar eventos<sup>4</sup> danosos para si mesmas e para suas sociedades, incluindo a repetência e evasão escolar, a ociosidade (sem estudo nem trabalho), o uso de drogas, os comportamentos violentos, a iniciação sexual precoce e as práticas sexuais arriscadas. Para muitos/as, esses comportamentos de risco têm conseqüências negativas - como HIV/AIDS, gravidez precoce, uma vida de pobreza, morte prematura - que afetam não apenas a pessoa que corre o risco, mas a sociedade em geral. Assim sendo, cabe à sociedade como um todo cuidar para que as crianças entrem na juventude com um adequado pacote de informações, tenham chances de fazer suas experiências com segurança e possam emergir na idade adulta como pessoas saudáveis e produtivas.

Este Estudo espera contribuir para o novo e crescente corpo de conhecimentos sobre jovens no Brasil. São cinco os principais achados ao longo deste trabalho de pesquisa:

- 1. Desenvolve um argumento a favor de investimentos públicos para as políticas e programas de juventude. Para isso, resume a incidência dos múltiplos comportamentos de risco assumidos por jovens e quantifica, em termos monetários (em Reais), o custo de tais comportamentos para o indivíduo e a sociedade.
- 2. Identifica fatores que predis põem jovens a engajar-se em comportamentos de risco. O conhecimento de tais fatores permite destacar os papéis desempenhados por vários atores na sociedade e sugerir intervenções possíveis e necessárias para alterar as determinantes contextuais e conjunturais dos comportamentos de risco entre jovens.
- 3. Utiliza estatísticas comparáveis de outros países como marco de referência para avaliar o progresso dos e das jovens brasileiros/as em sua transição da infância à idade adulta.
- 4. Investiga a faixa etária mais apropriada para caracterizar o contexto “jovem” no Brasil e busca mapear a dinâmica desse período.
- 5. Cita exemplos de programas que tiveram sua eficácia comprovada empiricamente em outros países, esperando ser de alguma utilidade para o desenho e a avaliação permanente das estratégias do Governo Brasileiro com relação ao investimento que faz em políticas para a sua juventude. Este Volume I resume as principais descobertas da pesquisa e apresenta opções de políticas. Detalhes completos são apresentados no Volume II.

*1 - Para os propósitos deste Relatório, “jovens” são pessoas entre 15 e 24 anos de idade, a menos que se faça alguma distinção mais específica. Durante a preparação do Relatório, houve desacordo entre os elaboradores /as de políticas e os /as que fazem o trabalho prático, junto aos e às jovens sobre a definição da faixa etária que corresponde ao período “jovem”. Foram citadas faixas de 15-26, 10-18, e 10-22, dependendo do foco setorial do respondente, da legislação estadual e local, e de parâmetros institucionais, bem como das diferenças históricas e culturais existentes no País. Frente à falta de consenso, foi utilizada a definição das Nações Unidas (de 15 a 24 anos), mas a faixa apropriada para o Brasil será examinada num exercício empírico apresentado na próxima seção deste relatório.*

*2 - Koller, et al. (2005), Instituto Cidadania (2004).*

*3 - A coorte da juventude brasileira diminuirá ao longo do tempo. As pirâmides populacionais mostram que, embora a coorte atual de 15-19 anos de idade seja a maior entre a população, a de 10-14 anos (os jovens de amanhã) é menor, e a de 0-9 anos é menor ainda. Isso sugere que qualquer política pública voltada para a assistência a jovens deve ser suficientemente flexível para se adaptar a uma população beneficiária cada vez menor.*

*4 - Este Relatório diferencia entre escolhas feitas pelos /as jovens e eventos que eles/as experienciam. Escolhas e eventos podem ser interpretados como os extremos de um continuum, onde alguns comportamentos observados, como o uso de drogas, estão mais próximos da ponta “escolha” do espectro, enquanto outros, como desemprego, estão mais para “eventos”, já que se pode assumir que, em grande medida, o desemprego não é uma escolha.*

## 2. Principais Conclusões

### 2.1. Jovens em Situação de Risco são parcela substancial da população brasileira<sup>5</sup>

A maior parte da população brasileira passa satisfatoriamente por sua juventude. Entretanto, há um grupo, relativamente pequeno mas significativo, que não está se saindo bem. Embora existam muitas histórias de sucesso, seu status é pior que o dos que vivem nos países da comparação feita neste Estudo. A Tabela 1 apresenta a incidência de comportamentos de risco entre jovens no Brasil e em outros países. Em resumo:

- Os/as jovens brasileiros/as têm nível acadêmico inferior ao dos/as jovens dos outros países comparados. O Brasil ficou em 40º lugar dentre os 41 países que aplicaram o teste do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes-PISA, (SAEB e ENEM), estando à frente apenas do Peru (PISA, 2003). As taxas de analfabetismo entre os rapazes brasileiros, em particular, são o dobro das de outros países populosos da América Latina. Sua taxa líquida de escolaridade no ensino médio está abaixo da do Chile, da Argentina e dos países da OCDE. Sua taxa bruta de escolaridade em cursos universitários está abaixo da de todos os demais países da tabela, incluindo o México e o Uruguai. Notavelmente, como em todos os demais países da América Latina, as jovens brasileiras têm desempenho melhor que o dos rapazes. A baixa acumulação de capital humano permite antecipar uma futura geração que não será competitiva nem na região e nem no mundo.
- Os/as jovens brasileiros/as combinam escola e trabalho

em proporção muito maior que os/as jovens na maior parte da América Latina. Os níveis mais baixos de escolaridade e desempenho acadêmico dos/as jovens brasileiros/as podem ser devidos à mais alta incidência de trabalho e estudo simultâneos, em comparação com outros países.<sup>6</sup> Um em cada quatro brasileiros/as entre 15 e 19 anos está estudando e trabalhando, o que representa de três a cinco vezes a proporção em outros países. Entretanto, os/as jovens brasileiros/as são igualmente tão ociosos/as (sem trabalho nem escola) e trabalhadores/as tão precoces quanto os/as jovens no restante da América Latina.

- As chances dos/as jovens brasileiros/as estarem desempregados/as são 3,7 vezes mais do que as dos adultos, o que representa uma taxa muito mais elevada do que a do restante da América Latina ou da OCDE. Embora as taxas de desemprego entre jovens no Brasil estejam por volta de 13%, o que é muito mais baixo que em alguns outros países na região, o nível da atividade econômica sugere que a taxa de desemprego entre esses jovens deveria ser muito menor. Exceto pelo Uruguai (3,3%), todos os países na América Latina têm taxas entre 2 e 3%, sugerindo que os/as jovens brasileiros/as estão se saindo muito pior do que deveriam, dada a situação do mercado de trabalho.<sup>7</sup> Notavelmente, essa taxa vem decrescendo com o tempo (Bonelli, Reis, e Veiga 2004), mas ainda é muito alta para os padrões da região.
- Cerca de 60% dos brasileiros e brasileiras entre 15 e 19 anos são trabalhadores/as não-pagos ou sem carteira. Esses números caem para 33% nos grupos de 20-24 anos. Os/as jovens de 10-14 anos constituem 55% de todos os trabalhadores/as não-pagos/as<sup>8</sup>. Estatísticas comparativas de jovens em outros países não estão disponíveis.

- O Brasil tem um dos índices mais altos de homicídio na América Latina, superado apenas pela Colômbia e por El Salvador. A cada ano, mais de 100 rapazes em cada 100.000 entre 15 e 29 anos são assassinados no Brasil. A estatística é duas vezes mais alta em El Salvador e na Colômbia, mas é significativamente mais baixa no resto da região. Embora o Brasil ocupe o terceiro lugar em termos de violência, isso é preocupante, pois a violência brasileira tem caráter menos institucional que a existente na Colômbia e em El Salvador, onde as altas taxas de homicídio são atribuídas a um conflito civil na primeira, e a sérios problemas de gangues juvenis no último. Observe-se que, embora as taxas de homicídio de moças no Brasil sejam baixas, apenas 6,7 por 100.000 mortes, ainda assim são mais que o dobro das encontradas na maior parte da América Latina.

De positivo, os/as jovens brasileiros/as têm incidências muito mais baixas de comportamentos de risco associados à sexualidade, o que se deve, em parte, a iniciativas agressivas

do Governo e da sociedade brasileira para promover práticas sexuais seguras. Embora os/as jovens brasileiros/as iniciem a atividade sexual tão precocemente quanto suas contrapartes na América Latina e no Caribe, têm taxa mais alta de uso de contraceptivos e mais baixa de fertilidade adolescente. Somente 36 de cada 1.000 jovens brasileiras entre 15 e 19 anos já tiveram um filho, menos que em todos os outros países da América Latina.

Comparados com a população adulta, os e as jovens adotam alguns comportamentos que envolvem menores riscos, mas adotam outros de risco mais elevado. Os e as jovens de hoje saem-se melhor que a geração mais anterior em termos de desempenho acadêmico. Em particular, têm taxas mais altas de alfabetização: 95,8% dos brasileiros e brasileiras entre 15 e 24 anos podem ler, comparados com 84,5% dos/as com mais de 25 anos. Esse resultado positivo é parcialmente explicado pelo fato de o grupo mais jovem ter uma média mais elevada de anos de escola completados: 8,4 anos em média (8,1 para os rapazes e 8,8 para as jovens), em comparação com 7,3 anos para os adultos. Mas

Tabela 1: Jovens em Situação de Risco no Brasil e em Países da Comparação

SETOR	Indicador (idade da população pesquisada em parênteses)	BRASIL	ARGENTINA	CHILE	COLÔMBIA	MÉXICO	URUGUAI	FRANÇA	ESTADOS UNIDOS
EDUCAÇÃO	Analfabetismo (15-24)								
	Rapazes,%	5,3	1,6	1,1	3,3	2,2	1,1	---	---
	Moças,%	3,1	1,1	0,8	2,0	2,9	0,5	---	---
	Matrícula líquida no nível médio (15-24)								
	Rapazes,%	69	79	73	51	59	68	91	85
	Moças,%	74	83	76	56	61	76	93	85
MERCADO DE TRABALHO E USO DO TEMPO	Matrícula bruta na faculdade (15-24)								
	Rapazes,%	16	45	39	23	22	27	48	70
	Moças,%	21	67	36	25	21	48	59	94
	Razão desemprego jovens/adultos	3,7	2,4	3,0	2,3	2,7	3,3	2,4	2,9
ATIVIDADE SEXUAL	Apenas trabalha (15-19),%	23	20	15	26	3,1	33	---	---
	Sem escola nem trabalho (15-19),%	12	11	12	13	16	12	---	---
	Escola + trabalho (15-19),%	25	5	3	6	5	10	---	---
VIOLÊNCIA	Idade de iniciação sexual < 15 (26-29), por 100	9,3	---	---	7,1	---	---	---	---
	Gravidez adolescente (15-19), por 1.000	36	42	38	48	47	32	8	57
	Homicídios (15-24) por 100.000								
	Rapazes	102	11,5	6,7	212,5	37,1	6,0	0,9	23,6
	Moças	6,7	2,0	0	15,0	3,4	0	0,5	4,6
	Suicídio (15-24) por 100.000								
Rapazes	8,0	9,0	12,9	7,7	9,5	11,8	16,9	20,2	
Moças	2,2	2,9	1,8	2,8	2,3	0	4,6	3,7	

--- dados não informados; Fontes: várias, citadas em outros Relatórios do Banco Mundial, 2005

5 - Esta seção resume a descrição detalhada do Volume II sobre a extensão e natureza do engajamento dos jovens em diversos comportamentos.

6 - Duryea (2001) mostra que os jovens brasileiros que trabalham e estudam têm níveis mais altos de repetição e abandono da escola do que jovens que apenas estudam, controlando por outros fatores familiares.

7 - A razão desemprego jovens/adultos é usada em vez do nível de desemprego entre os jovens, visando controlar pela limitação no mercado de trabalho. A taxa de desemprego de adultos serve como marco de referência - o nível esperado de desemprego, dadas as condições econômicas: a taxa mostra como estão os jovens relativamente ao marco de referência. Por exemplo, embora a taxa de desemprego entre jovens na Colômbia seja três vezes a do Brasil, as taxas gerais de desemprego naquele país são maiores, ou seja, o desemprego na Colômbia é alto em todas as faixas, não apenas entre os jovens. Mas a razão jovens/adultos é mais alta no Brasil (3,7) que na Colômbia (2,3) sugerindo que o desempenho dos/as jovens brasileiros/as está particularmente mal quando se leva em conta a situação econômica de cada um dos países.

8 - Os dados internacionais sugerem que as conseqüências negativas do trabalho infantil incluem maior incidência de desemprego mais tarde na vida, salários menores (controlando pelos níveis mais baixos de educação), menos promoções em serviço e muitos outros efeitos. Bradley e Anh (2006) fazem um resumo da literatura sobre o assunto.

isso pode também ser explicado por taxas de repetência muito altas entre os/as mais jovens, enquanto a geração mais velha teria simplesmente abandonado a escola. Os e as jovens também têm menos probabilidade de fumar tabaco que os adultos.

A despeito dos/as jovens terem taxas de desemprego muito mais elevadas que as da população adulta, uma vez no mercado de trabalho os e as jovens comportam-se como as pessoas mais velhas. Independentemente de serem jovens ou pessoas mais velhas, apenas 35% de cada um desses grupos tem emprego no setor formal (com carteira assinada), embora o auto-emprego seja muito mais baixo no grupo mais jovem. Da mesma forma, os salários são muito semelhantes: os/as jovens ganham 97,75 reais para cada 100 reais ganhos por uma pessoa adulta. O valor dado à maior experiência de trabalho de uma pessoa adulta é contrabalançado pelo valor dado ao nível educacional mais elevado dos/as jovens, o que explica a pequena diferença de salários entre os dois grupos. Deve-se destacar que o desemprego entre jovens dura menos que o desemprego adulto (Maloney e Bosch, 2005), mas as taxas entre jovens são mais elevadas simplesmente porque o *fluxo* de jovens buscando trabalho e não conseguindo é mais elevado que o de pessoas adultas, levando à acumulação de jovens nessa categoria.

Os e as jovens de hoje também têm comportamentos de maior risco que os adultos em quatro áreas importantes: atividade sexual, violência, uso ilegal de drogas e desemprego. Apenas a terça parte das mulheres sexualmente ativas en-

tre 15-19 anos usa contraceptivos, em comparação com 2/3 das mulheres sexualmente ativas de 20-24 anos. Como já mencionado, 102 de cada 100.000 rapazes são assassinados, e 40 pessoas de cada 100.000 de toda a população jovem são assassinadas, em comparação com três de cada 100.000 adultos. Embora o consumo de álcool seja semelhante entre jovens e adultos, as pessoas jovens têm duas vezes mais probabilidade (10%, comparados com 5%) de consumir drogas ilegais que as pessoas adultas. E as taxas de desemprego entre jovens excedem, de muito, as encontradas entre a população adulta. Observação importante: ao comparar jovens e adultos, é o grupo de 13 a 18 anos o que exibe comportamentos mais diferenciados da população adulta com mais de 24; os/as que têm entre 19 e 24 anos comportam-se de maneiras muito semelhantes ao grupo dos mais velhos.

## 2.2. Jovens Brasileiros/as: um Grupo Heterogêneo que Requer Políticas Heterogêneas

Nem toda a juventude brasileira está engajada em comportamentos de risco. De fato, jovens em situação de risco estão concentrados/as entre certos grupos e áreas no Brasil. As concentrações emergem em dimensões demográficas, sócio-econômicas e geográficas. A Tabela 2 e o Quadro 1 resumem os resultados.<sup>9</sup>

**Tabela 2: Jovens versus População Adulta e Heterogeneidade entre Jovens**

	25+	15-24						
		TODOS	RAPAZES	MOÇAS	BRANCOS	AFRO-BRAS.	POBRES	RICOS
Analfabetismo, % <sup>a</sup>	15,5	4,2	5,3	8,1	2,1	5,8	14,2	0,3
Média de escolaridade, anos <sup>a</sup>	7,3	8,4	8,1	8,8	9,4	7,4	5,9	11,4
Emprego no setor formal, % da população trabalhadora <sup>a</sup>	33	35	35	35	43	32	4	50
Salários, % menos que salário de adulto <sup>a</sup>	---	2,25	2,5	1,4	---	---	---	---
Uso de contracepção, % de moças sexualmente ativas <sup>b</sup>	66	---	---	33,3	---	---	---	---
Álcool, % <sup>c</sup>	70	73	---	---	---	---	---	---
Tabaco, % <sup>c</sup>	53	38	---	---	---	---	---	---
Maconha, % <sup>c</sup>	5	10	---	---	---	---	---	---
Homicídio (por 100.000) <sup>d</sup>	3,3	40	102	6,7	39,3	68,4	---	---
Suicídio (por 100.000) <sup>d</sup>	0,7	3,4	---	---	---	---	---	---

Fonte: <sup>a</sup> PNAD 2001, cálculos do autor, <sup>b</sup> Estatísticas DHS, <sup>c</sup> Carlini 2002, <sup>d</sup> Waiselfisz, 2004

**Pobreza.** Em termos de diferenças demográficas e socioeconômicas, a variável mais importante é a pobreza: pessoas jovens vivendo nas famílias mais pobres consistentemente têm desempenho pior que o das que vivem nas famílias mais ricas. Jovens das famílias mais pobres têm taxas de emprego no setor formal que representam 1/8 da média nacional, enquanto os das famílias mais ricas têm taxas de emprego no setor formal 1/3 mais elevadas que a média. Quase 90% dos e das jovens desempregados/as são de famílias com renda per capita abaixo de dois salários mínimos (Bonelli, Reis, e Veiga 2004). A pobreza surgiu como um fator-chave para explicar a maior incidência tanto de comportamentos de risco quanto de envolvimento em eventos arriscados, conforme apresentados no Quadro 1: repetição escolar, entrada precoce na força de trabalho, comportamento sexual de risco, uso de drogas, e violência.

**Raça.** Jovens não-brancos geralmente têm desempenho pior que jovens brancos. Tanto no que se refere a anos de escolaridade quanto a desempenho, jovens brancos mostram maiores sucessos que jovens não-brancos (Tabela 2). Quando a amostra é limitada a jovens pobres (Quadro 1), a raça não aparece como fator explicativo importante para a repetição escolar. Resultados semelhantes foram encontrados em outros estudos (Pena, 2004). Sobressai o fato de que as taxas de emprego são muito semelhantes entre raças,

embora a entrada na força de trabalho ocorra mais cedo entre jovens pobres não-brancos. Infelizmente, a única área na qual as estatísticas são mais altas para não-brancos do que para brancos é a violência: 68 de cada 100.000 jovens afro-brasileiros são mortos anualmente, em comparação com 39 de cada 100.000 jovens brancos.

**Gênero.** Nenhum gênero destaca-se do outro de modo sistemático. As mulheres têm mais baixa incidência em algumas variáveis: comportamentos de risco ou participação em eventos perigosos, escolaridade e desempenho educacional, uso de drogas, morte por homicídio, entrada precoce na força de trabalho e suicídio.<sup>10</sup> Em outras instâncias – comportamento sexual de risco, desemprego, e trabalho não pago – as mulheres saem-se pior (Tabela 2 e Quadro 1).

**Fatores de Deficiência.** Jovens com algum tipo de deficiência partilham muitas semelhanças com outros/as jovens na amostra retirada de áreas pobres. Taxas de repetição escolar, entrada precoce na força de trabalho e uso de drogas não diferem por tipo de deficiência. No entanto, comportamentos sexuais arriscados – indicados pela falha dos/as jovens sexualmente ativos/as de usar algum método contraceptivo – e tentativas de suicídio são mais elevadas entre a população jovem com algum tipo de deficiência.

**Idade.** A idade na qual os e as jovens engajam-se em vários comportamentos de risco ou participam de certos

**Quadro 1: Influências Demográficas e Socioeconômicas no Desenvolvimento de Comportamentos Juvenis de Risco**

	REPETIÇÃO ESCOLAR	ENTRADA PRECOCE NA FORÇA DE TRAB.	COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO	USO DE DROGAS	VIOLÊNCIA/SUICÍDIO
RAÇA		XX			XX
GÊNERO	XX	XX	XX	XX	XX
REGIÃO	XX	XX	XX	XX	XX
DEFICIÊNCIA			XX		XX (suicídio)
POBREZA	XX	XX	XX	XX	XX

Nota: Um "XX" indica que a odds-ratio é significativa no nível de 1%.

Fonte: Koller, et. al. (2005)

<sup>9</sup> - A Tabela 2 apresenta estimativas de frequência. O Quadro 1 apresenta os resultados de estimativas da odds-ratio, usando dados coletados para este estudo. A amostra é composta de 3.000 jovens entre 14-24 anos de idade que freqüentam escolas e vivem em áreas pobres de Porto Alegre, Recife e São Paulo.

<sup>10</sup> - Embora as taxas de suicídio sejam mais altas entre os homens, as tentativas de suicídio são mais altas entre mulheres. Essa é uma tendência observada em todo o mundo.

eventos perigosos que podem ser caracterizados como transicionais varia grandemente em função da atividade (Tabela 3).<sup>11</sup> A análise dos dados sugere que, no Brasil, o período da juventude começa aos 13 anos para os meninos e aos 14 para as meninas, quando passam a assumir atitudes convencionalmente caracterizadas como de jovens, não mais de crianças, e termina aos 29. Assim, a transição da escola para o trabalho começa aos 13 anos para os rapazes e aos 14 para as jovens; a passagem de dependente da família para cabeça de família começa uns poucos anos mais tarde; a mudança da infância para a maternidade começa, em média, pouco depois dos 15 anos (não há dados disponíveis sobre a mudança para a paternidade).

A idade de transição varia muito, em função de gênero, nível de pobreza e raça. Jovens de famílias menos ricas começam a transição para fora da escola, para fora da infância e para fora da dependência familiar numa fase mais precoce que os de famílias mais afluentes, e ficam sem emprego até muito mais tarde (embora sua transição para a maternidade e a chefia de família ocorra quando são mais jovens que os/as filhos/as de famílias mais afluentes). Essas mesmas diferenças são observadas entre as raças, e variações ainda maiores são visíveis entre os gêneros. Isso sugere que as políticas a serem elaboradas para jovens devem, necessariamente, ser diferenciadas e ajustar-

se às faixas de idade em função dos padrões de transição social, demográfica e econômica do subgrupo que se deseja atingir. Indica também a necessidade de intervenções ajustadas aos diferentes subgrupos etários que compõem a população jovem, já que, convencionalmente, a categoria “jovens” inclui pessoas com experiências e níveis de desenvolvimento cognitivo muito diversificados (ver Caixa 1 para uma informação importante sobre o desenvolvimento cognitivo).

*Região.* Os comportamentos dos e das jovens diferem entre as regiões do país. O Quadro 1 mostrou que os e as jovens de cada uma das três regiões da amostra tinham comportamentos marcadamente diferentes. Expandindo a amostra para todo o Brasil, e usando um conjunto maior de variáveis, foi construído um *Índice de Bem-Estar Juvenil* para o País (ver no Anexo I a metodologia).<sup>12</sup> Tomando como base o status médio dos/as jovens no Brasil, a Figura 1 mostra como se distribuem os e as jovens nos diversos Estados com relação à média nacional. Os/as jovens em Pernambuco e Alagoas estão na pior situação, 6,0 e 5,3 pontos abaixo de todos/as os/as demais jovens brasileiros/as em todos os indicadores da série. Os/as jovens de ambos os Estados têm taxas muito baixas em todos os comportamentos, em desempenho e nas interações com instituições locais (ver nota 12), enquanto a maior parte dos de outros Estados tem algumas áreas fortes

e outras fracas. Os e as jovens em Santa Catarina e no Distrito Federal estão no extremo oposto da distribuição, com 6,08 e 5,06 pontos acima da média nacional. Em Santa Catarina, a pontuação de jovens muito acima da média deve-se ao comportamento de algumas variáveis: um desempenho escolar particularmente elevado, menos repetência, maior frequência à pré-escola e mais emprego no setor formal; no Distrito Federal, as variáveis que puxam a pontuação juvenil para cima

são maiores oportunidades de emprego, maior frequência a escolas de ensino médio, melhor desempenho escolar e baixo uso de drogas. Esses resultados indicam a necessidade de levar em conta as diferenças entre os Estados no momento de elaborar estratégias de investimentos, destinando mais recursos para aqueles nos quais os e as jovens estejam em piores situações – em vez de se estabelecer um único conjunto de prioridades a serem adotadas nacionalmente.

### Caixa 1: Desenvolvimento Cerebral na Adolescência

Até recentemente, pensava-se que o cérebro humano já estivesse quase formado ao final dos cinco ou seis primeiros anos de vida. Pesquisas muito recentes sugerem que ocorrem mudanças significativas na estrutura do cérebro até durante a adolescência. O lobo frontal, que modula estados de espírito e controla funções de planejamento, memória operativa e organização, passa pela maior parte de suas mudanças durante a adolescência. As transformações começam antes da puberdade (11 anos nas meninas, 12 nos meninos), quando conexões neuronais são significativamente ampliadas. Esse surto de crescimento é seguido por um extenso período de ajustes que pode durar até os 25 anos de idade. Justamente durante a fase “jovem” que estamos pesquisando, ocorre um processo de maturação no qual aquelas conexões neuronais que foram exercitadas são consolidadas, e as que ficaram sem uso são descartadas. O fato de jovens ainda não terem formado essas conexões neuronais maduras no lobo frontal pode colaborar para sua situação relativamente desvantajosa – ou seja, eles/as ainda não dispõem dos elementos mentais e cognitivos necessários para controlar impulsos e fazer julgamentos “maduros”.

Fonte: Spinks (2003)

12 - As variáveis incluídas no índice são: % de 10-17 anos com AIDS; % de 18-24 anos com AIDS; taxa de gravidez entre jovens de 15-19 anos; taxa de suicídio entre 15-24 anos; taxa de homicídio entre 15-24 anos; taxa de mortalidade decorrente de causas externas entre 15-19 anos; % de 12-17 anos que usa álcool; % de 12-17 anos que usa maconha; % de 12-17 anos que usa cocaína; taxa de promoção escolar no segundo período do ensino fundamental (da 5ª à 8ª séries); taxa de promoção escolar no ensino médio; taxa de alfabetização na faixa de 15-24 anos; classificação no teste de português e matemática realizado na 8ª série; classificação no teste de português e matemática feito na 11ª série; média de anos de estudos entre os jovens de 14 anos de idade; taxa de frequência escolar de 7-14 anos e de 15-17 anos; taxa de desemprego de 15-24 anos; % de 10-17 anos que trabalha; % de 10-17 anos que não trabalha nem estuda; % de 16-24 anos no setor formal; e % de 16-17 anos que vota. A metodologia está baseada num Índice de Bem-estar Infância-Juvenil desenvolvido pela Duke University (2004) e adaptado para o contexto brasileiro. Ver Anexo I para detalhes.

**Tabela 3: Identificação da “Idade Jovem” como a Idade de Transição da Infância para a Idade Adulta**

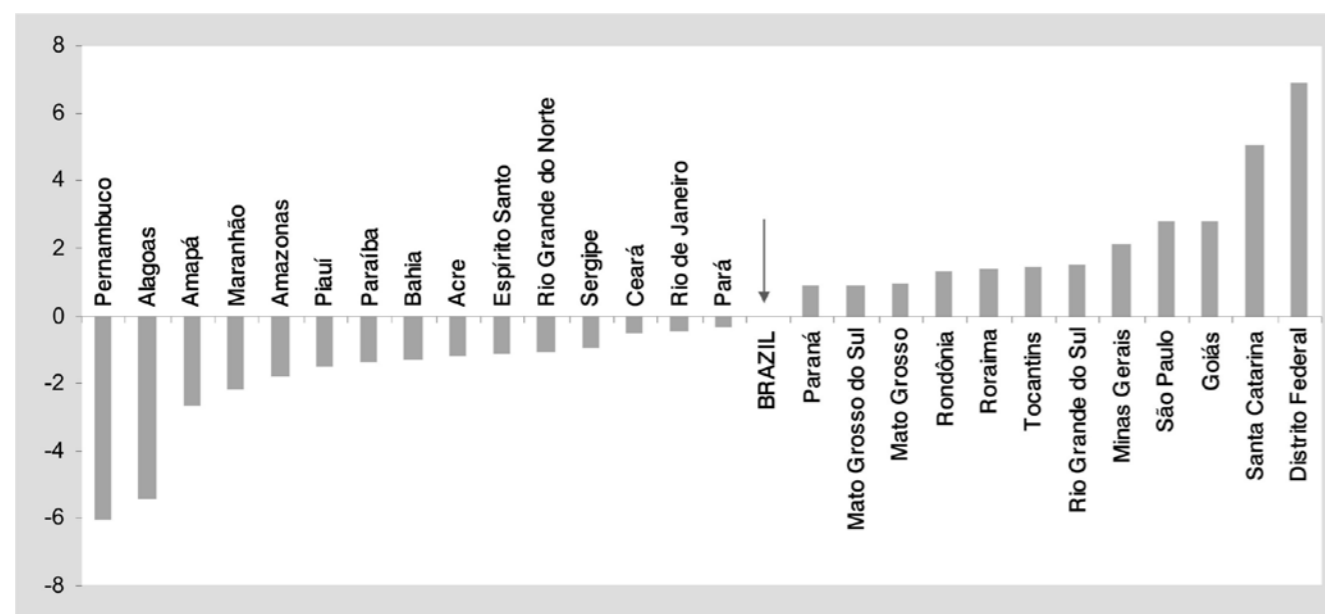
	ESCOLA/TRABALHO		DEPENDENTE/CABEÇA		FILHA/MÃE	
	COMEÇO	FIM	COMEÇO	FIM	COMEÇO	FIM
TODOS	14,5	21,5	15,5	24,5	---	---
RAPAZES	13,5	20,5	17,5	25,5	---	---
MOÇAS*	14,5	28,5	14,5	23,5	15,5	20,5
DECIL 1	11,5	29,5	14,5	20,5	14,5	18,5
DECIL 10	17,5	23,5	19,5	28,5	17,5	27,5

--- resultados não relevantes; \*para mulheres solteiras, a transição escola/trabalho é entre 14,5 e 24,5 anos de idade, e a filha/mãe é entre 15,5 e 27,5 anos.

Fonte: Volume II.

11 - Foi usada uma metodologia desenvolvida pela OCDE para identificar os períodos de transição cruciais para os jovens brasileiros. A idade de transição escola-para-trabalho é assim definida: começa na idade mais jovem na qual 75% dos indivíduos não estão na escola e termina na idade mais jovem na qual 50% da população está trabalhando e não frequenta a escola. Considerando-se a invisibilidade do trabalho familiar realizado pelas mulheres casadas (particularmente), foram feitas estimativas separadas para as idades de transição das que não são casadas. Somente a transição filha/mãe foi identificada, devido à falta de dados sobre o status paterno dos homens. Ela começa na idade mais jovem na qual 1% da população já teve filhos e termina quando 40% da população já passou por tal processo (metade da taxa total de fertilidade das mulheres adultas brasileiras). Finalmente, a transição de dependente para cabeça de família começa na idade mais jovem na qual pelo menos 1% do grupo etário é identificado como cabeça de família ou cônjuge, e termina na idade mais jovem na qual metade do grupo etário identifica-se como tendo esse status.

**Gráfico 1:** Índice de Bem-Estar Juvenil, por Estado Brasileiro



### 2.3. Reduzir Comportamentos de Risco para Promover o Desenvolvimento Juvenil

Por que jovens experimentam comportamentos negativos ou neles se engajam? Muitas pesquisas centram-se sobre condições institucionais, situações de pobreza ou forças econômicas que estão por trás dos comportamentos observados dos jovens, especialmente em dados sobre o mercado de trabalho e frequência escolar. A análise contida neste relatório parte de uma hipótese diferente e testa a importância de fatores que servem de modelo para os jovens, que moldam suas preferências e que atuam sobre seu processo de tomada de decisões.

Jovens que se engajam em comportamentos negativos são os que chegaram à juventude com um pacote de experiências negativas.<sup>13</sup> As pessoas jovens que se engajam em comportamentos de risco tendem a exibir, em comparação com jovens que não se engajam nesses comportamentos, certos fatores que

podem ser responsáveis por suas escolhas (Quadro 2). Embora não seja possível afirmar que exista uma causalidade entre esses fatores e os comportamentos negativos, a forte correlação estatística é sugestiva.<sup>14</sup> Em particular, jovens que adotam vários comportamentos de risco tendem a apresentar:

- baixa auto-estima
- baixos níveis de espiritualidade
- abuso físico, sexual ou psicológico por membros da família
- abuso por alguém em sua comunidade
- sentimento de ser um “deslocado” na escola
- falta de confiança nas instituições locais
- sentimento de limitações impostas por seu gênero
- pobreza

Esses resultados têm diversas implicações para a elaboração de políticas. Primeira, como fatores semelhantes afetam diversos tipos de comportamento, não é necessário conceber uma política específica para cada tipo de compor-

**Quadro 2:** Fatores-Chave Correlacionados a Comportamentos de Risco ou Eventos Arriscados entre Jovens Brasileiros/as

	PRÓPRIOS		CASA/ COMUNIDADE		INST. LOCAL		MACRO-AMBIENTE	
	BAIXA AUTO-ESTIMA	ESPIRITUALIDADE	ABUSO FÍSICO, SEXUAL OU PSICOL. EM CASA	ABUSO FÍSICO, SEXUAL OU PSICOL. NA COMUNIDADE	AJUSTE À ESCOLA	PERTENCIMENTO A INSTITUIÇÕES	POBREZA	GÊNERO
REPETIÇÃO DE ANO	XX	XX	X			X	X	XX
ENTRADA NA FORÇA DE TRABALHO					X			X
INICIAÇÃO SEXUAL PRECOCE		XX	X	XX	XX	X	X	XX
PRÁTICAS SEXUAIS ARRISCADAS		XX					X	0
USO DE ÁLCOOL	X	XX	X	XX	X	XX	X	X
USO DE TABACO	X	X	X	XX	XX	X		
USO ILEGAL DE DROGAS		XX	XX	XX				
VIOLÊNCIA	XX	XX	XX	X	XX		X	X
TENTATIVA DE SUICÍDIO	XX	XX	XX					X

XX: fator-chave (significativo ao nível de 1% numa regressão stepwise estimada para cada comportamento e odds-ratio significativa no nível de 1%); X: fator significativo (a odds-ratio é significativa ao nível de 1%, mas a variável não era significativa na regressão stepwise).

Fonte: Koller, et. al. 2005

tamento de risco analisado. Segunda, programas destinados a eliminar comportamentos de risco na juventude têm que começar muito cedo na vida da criança, ou seja, devem ter caráter preventivo. Espera-se até que os/as jovens estejam plenamente formados/as e já inteiramente “plasmados/as” pelas pré-condições que, como vimos, os encaminham para experiências e comportamentos de risco, será extremamente difícil reprogramá-los/as, pois, para começar, teriam que encontrar em si mesmos/as padrões que não tiveram a oportunidade de receber ou desenvolver no período crucial de sua formação. Finalmente, como são inúmeros os atores e elementos responsáveis pelo desenvolvimento juvenil – famílias, comunidades, instituições

loais, normas e condições macro-sócio-econômicas, e a própria pessoa jovem –, são necessários programas de apoio para maximizar as vantagens relativas de cada um desses atores e elementos no contexto de uma política de recuperação e reorientação dos e das jovens em situação de risco.

Essas conclusões são semelhantes às de outros países. Nos Estados Unidos (Blum 2002) e no Caribe (Banco Mundial 2003), os fatores associados ao indivíduo, à família e à comunidade também emergiram como as influências mais importantes sobre a tomada de decisão de uma pessoa jovem. O Brasil apresenta uma ênfase especial na espiritualidade, algo menos proeminente nos outros estudos.

13 - Foram usadas duas metodologias. Na primeira, foram calculadas odds-ratios para cada comportamento manifestado, e hipotetizado um “fator causal”; em seguida, foram estimadas estatísticas-t. Essa metodologia demonstra quais os fatores causais correlacionados a certos comportamentos, mas não dá informações sobre a extensão em que o fator causal explica a variação no comportamento observado em toda a amostra. Para alcançar esse último objetivo, foi estimada uma regressão stepwise, regredindo (separadamente) o comportamento de interesse num conjunto de potenciais fatores causais. A metodologia usa vários conjuntos de fatores e localiza aquele que mais bem explica a variância na variável dependente. Os dados usados para este exercício foram coletados em áreas pobres de Porto Alegre, Recife e São Paulo, para uso neste estudo. Raramente são coletados dados como esses em qualquer outro país.

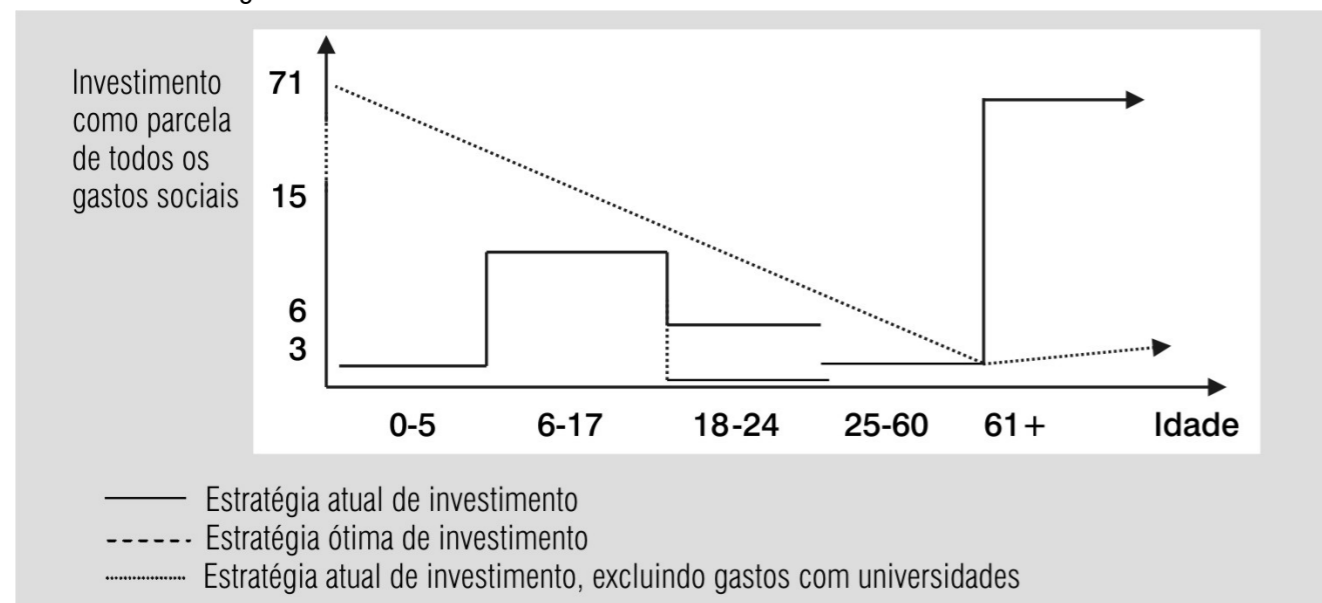
14 - Para estabelecer causalidade, é necessário dispor de dados de painel para acompanhar as trajetórias de indivíduos e seus comportamentos ao longo do tempo.

## 2.4. Causas que Inserem Jovens em Situações de Risco

Comportamentos de risco entre jovens são parcialmente devidos a um hiato entre a atual estratégia de investimento para o desenvolvimento humano e a estratégia ótima. O Gráfico 1 mostra gastos sociais atuais e ótimos no Brasil, por períodos do ciclo de vida.<sup>15</sup> A linha descendente acentuada é o esquema ideal de gastos sociais, demonstrando que grandes investimentos no início da vida levarão a uma menor necessidade de investir mais tarde. A outra linha do Gráfico 1 é a estratégia atual de investimento no Brasil. Os maiores investimentos estão no grupo de 61 anos de idade ou mais, devido ao pagamento de aposentadorias. Os gastos com jovens são cerca de 6% do total de gastos sociais, ultrapassando alguns outros períodos do ciclo vital. Quando se eliminam gastos com ensino universitário – limitados a uma pequena parcela elitizada da população –, os gastos com jovens caem a quase zero% do total dos gastos sociais (a linha pontilhada próxima à base). As duas faixas etárias onde os investimentos são os mais baixos no Brasil são a primeira infância e a juventude – dois períodos cruciais para a prevenção de comportamentos de risco entre jovens. Os gastos com os anos da infância são basicamente em educação – e, apesar de seus importantes impactos pedagógicos, tendem a ter impacto reduzido sobre questões de desenvolvimento humano.

Essa estratégia de investimento (comparada com a linha pontilhada ideal) tem sérias implicações para o crescimento econômico, social, cultural e político do Brasil, como será demonstrado na próxima seção.

**Gráfico 2:** Estratégias de Investimento Social Atual e Ótima no Ciclo de Vida



## 2.5. O Custo de Não Investir Cedo é de Bilhões de Reais por Coorte Jovem

As conseqüências negativas dos comportamentos de risco dos/as jovens têm custos significativos para o indivíduo e para a sociedade. Estimativas conservadoras de recursos desembolsados para lidar com comportamentos negativos entre jovens chegam a até R\$ 1 bilhão para cada coorte de jovens hoje.<sup>16</sup> Por exemplo, estimativas muito conservadoras do total de recursos gastos pelo Governo com prisão, julgamento e reclusão de jovens criminosos/as atingem R\$ 478 milhões por coorte de jovens (última linha, primeira coluna, Quadro 3).

Estima-se que seja ainda maior o benefício perdido para a sociedade em função da produtividade perdida (segunda coluna, Quadro 3). Por exemplo, a economia brasileira gerará menos R\$ 755 milhões devido ao abandono precoce da escola por uma única coorte de jovens. Uma medida assim tão elevada de “benefícios perdidos”, calculada com base no que poderia ter sido se os e as jovens não tivessem se engajado num comportamento negativo ou terminado numa situação desafortunada, demonstra perdas verdadeiras para a sociedade brasileira. Essas estimativas são conservadoras, já que não incluem as perdas que não podem ser capturadas por números, como as oportunidades perdidas em termos de desenvolvimento cultural, maior eficiência na família, fortalecimento das tradições democráticas e contribuições voluntárias à sociedade (Caixa 2).

A maior perda é dos/as próprios/as jovens, pois renun-

ciam a seus futuros ao se engajarem em comportamentos de risco e experimentar conseqüências negativas hoje. Novamente, voltando à educação, a coorte dos que abandonam cedo a escola ganhará R\$ 300 bilhões menos ao longo de suas vidas, em comparação com os ganhos que teria se cada um/a tivesse terminado pelo menos o próximo nível de educação. A soma dos benefícios inevitavelmente perdidos como resultado do insuficiente desenvolvimento dos/as jovens alcança bilhões de R\$ de perdas em uma única coorte de jovens hoje existente (terceira coluna, Quadro 3).

A prevenção desses comportamentos aumentaria o bem-estar das pessoas em termos de melhor status de saúde,

maior potencial de ganhos e maior potencial para desfrutar a vida. Além disso, também eliminaria custos sociais, liberando recursos públicos que poderiam ser gastos em outras iniciativas para acelerar o crescimento, na medida em que as pessoas teriam maior capital humano e, assim, maior capacidade produtiva. Isso sugere que o investimento nos/as jovens é uma parte crucial da estratégia mais ampla de investir no desenvolvimento econômico e social do país. Uma cuidadosa, bem embasada e detalhadamente analisada estratégia de investimento nos/as jovens precisa tornar-se componente fundamental da política nacional de desenvolvimento.

### Caixa 2: Os Custos Imensuráveis do Abandono Precoce da Escola

Embora os números apresentados no Quadro 3 quantifiquem o custo de comportamentos de risco entre jovens ou de sua participação em eventos negativos, os valores subestimam os custos verdadeiros. Tomando, por exemplo, o custo do abandono precoce da escola, vários estudos têm mostrado que um mais baixo nível educacional, quando controlado por renda familiar, está correlacionado com:

- maior deterioração da saúde da pessoa e da família
- maior violência doméstica
- indicadores psicológicos mais pobres
- maior delinquência juvenil dos/as próprios/as filhos/as
- comportamentos sexuais de risco
- aumento do uso de drogas
- sentimentos mais profundos de exclusão social
- mais baixo grau de voluntarismo
- menores contribuições à democracia
- menores contribuições à expressão cultural

Se esses fatores fossem quantificados e adicionados aos valores do Quadro 3, os enormes aumentos nos números de custos/perdas deixariam óbvio o quanto os jovens de hoje poderiam ganhar em termos existenciais e experienciais se tivessem melhores condições de permanecer na escola. Ao mesmo tempo, o aumento nos números confirmaria que o Quadro 3 é, de fato, uma estimativa conservadora, e que os benefícios de prevenir comportamentos de risco e a participação em eventos arriscados excedem de muito os custos monetários de programas bem direcionados para a prevenção.

15 - Os dados sobre gastos federais são de Palocci et. al. (2005). Os sobre gastos municipais e estaduais foram coletados pelo Banco Mundial. Gastos sociais foram segmentados por idade (0-5), (6-17), (18-24), (25-60) e (61+), as faixas correspondendo, aproximadamente, à primeira infância, à idade escolar, jovens, adultos e idosos. Cerca de 31% de todos os gastos sociais referem-se a benefícios a famílias ou a gastos gerais não desagregados por idade; desses últimos, a maior parcela foi para saúde. Como não existem dados sobre gastos com saúde discriminados por faixas etárias, foram omitidos do gráfico.

16 - As estimativas são consideradas “conservadoras” porque não podem medir muitos dos custos, seja pela ausência de dados ou por impactos não quantificáveis. Ver Assunção e Carvalho, 2005, para uma discussão de como os custos foram medidos para este exercício.

**Quadro 3:** Custos de Comportamentos de Risco ou Eventos Arriscados entre Jovens, milhões de R\$ em 2002<sup>a</sup>

	CUSTOS PÚBLICOS		CUSTOS PRIVADOS
	DESPESAS (CUSTOS DIRETOS)	BENEFÍCIOS PERDIDOS (CUSTOS ECONÔMICOS)	BENEFÍCIOS PERDIDOS
ABANDONO PRECOCE DA ESCOLA	R\$ 0	R\$ 755	R\$ 164.518-R\$ 297.056
DESEMPREGO ENTRE OS JOVENS	R\$ 120 – R\$ 224	R\$ 7 – R\$ 13	R\$ 641 – R\$ 1.229
HIV/AIDS	R\$ 297	R\$ 140 – R\$ 554	R\$ 812 – R\$ 3.190
GRAVIDEZ ADOLESCENTE	---	---	R\$ 10.648
ABUSO DE ÁLCOOL	---	---	R\$ 762
ABUSO DE DROGAS	---	---	R\$ 30
CRIME E VIOLÊNCIA	R\$ 478	R\$ 33	R\$ 5.060

Notas: --- Os custos não foram estimados devido à ausência de dados. a) Foi usada uma taxa de desconto de 5%.  
Fonte: Assunção e Carvalho, 2005.

### 3. Conclusões e Considerações sobre Políticas de Juventude

A análise sugere que o elemento-chave para uma estratégia de investimento nos/as jovens brasileiros é uma bem pensada composição de programas preventivos e corretivos direcionados para os jovens e suas redes de apoio. Existe uma ampla gama de necessidades e intervenções potenciais para evitar que os jovens assumam ou experienciem comportamentos negativos. Este capítulo desenvolve **sete considerações (i a vii)** sobre políticas em torno das **quatro principais conclusões (1 a 4)** do relatório.

#### 3.1. Conceber e Detalhar uma Estratégia de Investimentos para Jovens, baseada em Evidência Empírica

Este Estudo demonstra que as conseqüências negativas de comportamentos de risco assumidos por jovens têm custos significativos para o indivíduo e a sociedade. A prevenção desses comportamentos aumentaria o bem-estar das pessoas em termos de melhor status de saúde, maiores ganhos potenciais e maiores possibilidades de desfrutar a vida. Além disso, também eliminaria custos sociais, liberando recursos públicos para serem gastos em outras iniciativas, aumentando o crescimento à medida que as pessoas fossem acumulando capital humano e, assim, tendo maior capacidade produtiva. Recursos públicos gastos no desenvolvimento de jovens precisam, necessariamente, ser parte da estratégia de investimento de um país para

promover o seu desenvolvimento econômico e social. A atual estratégia de investimento para o desenvolvimento humano no Brasil está aquém da estratégia ótima de desenvolvimento.

(I) Isso sugere a necessidade de duas considerações para os fazedores e fazedoras da política pública: **identificar e conhecer os programas mais eficazes, e desenhar uma estratégia a partir do que já está dando certo.** A estratégia para jovens deve estar apoiada em um programa de investimento para seu desenvolvimento, semelhante à estratégia de investimentos do Ministério da Fazenda para qualquer área de políticas públicas. No entanto, o desenho dessa estratégia não é trivial, já que existe muito pouca informação no Brasil sobre programas para jovens que tiveram impacto sobre a população-alvo ou sobre a razão custo-benefício de sua implementação.<sup>17</sup> Embora o Brasil possa tomar emprestadas as lições contidas nas avaliações de outros países e aplicá-las ao contexto brasileiro (Caixa 3), essa não é a estratégia ideal, já que o País tem condições iniciais distintas que podem alterar totalmente os resultados dos programas.<sup>18</sup> Em vez disso, é importante criar no país um estoque de conhecimentos sobre quais programas são efetivos no contexto brasileiro e quais merecem ser ampliados. Usando esses critérios, um pequeno conjunto de programas pode ser cuidadosamente avaliado e, com base nos resultados, podem ser elaboradas políticas preliminares. Em seguida, um novo conjunto de programas poderia ser selecionado para avaliação. Cada uma dessas rodadas produziria melhores informações para investimentos responsáveis e conseqüentes ao nível local.

17 - A maior parte das avaliações de impactos vem dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Essas avaliações confirmam algumas hipóteses: tempo de lazer supervisionado é um importante fator de proteção; programas de estágio aumentam a empregabilidade de jovens em situação desvantajosa. Algumas trazem evidência surpreendente da efetividade de programas sobre os quais não se esperava muito: o programa Perry para a pré-escola, Big Brothers/Big Sisters, Clubes de rapazes e Clubes de moças. E outras, finalmente, mostram que algumas de nossas melhores idéias não funcionam, como programas de comprar armas de fogo nas mãos da população (Callahan, C., Rivara, F. & T. Koepsell, 1994), o programa DARE (Lynam, 1999), e campos correccionais para jovens violentos/as (Satcher, 2001).

18 - Por exemplo, durante anos, as evidências da Europa mostravam que programas de treinamento de jovens não funcionam, mas evidência recente na América Latina mostra que, sob certas circunstâncias, têm funcionado. As razões para essas diferentes conclusões não foram identificadas, mas uma possibilidade é que o jovem desempregado na Europa tem níveis mais elevados de educação, e seu desemprego é devido a um mercado de trabalho apertado, enquanto na América Latina os jovens desempregados de origem pobre carecem das habilidades fundamentais (por terem abandonado cedo a escola) e têm pouco conhecimento sobre mercados além de sua esfera imediata (devido à exclusão social), de modo que programas intensivos que forneçam essas habilidades aos e às jovens latino-americanos/as podem ser mais efetivos.

**Caixa 3: Fontes de Informações sobre Programas Avaliados**

Em países europeus e nos Estados Unidos, foram implementados e avaliados inúmeros programas. Embora os sucessos possam não ser reproduzíveis no Brasil, seu exame pode, ainda assim, dar algumas indicações de quais experiências podem conter idéias novas e úteis. Essas são algumas das fontes de informações sobre esses programas:

**Geral:**

Knowles, J. & J. Behrman (2005)

<http://siteresources.worldbank.org/HEALTHNUTRITIONANDPOPULATION/Resources/281627-1095698140167/KnowlesEconInvestYouth.pdf>

**Crime e Violência**

Satcher 2001 <http://www.surgeongeneral.gov/library/youthviolence/default.htm>

**Saúde**

*Foco em Adultos jovens* (2001) [http://www.pathfind.org/pf/pubs/focus/pubs/eop\\_report.pdf](http://www.pathfind.org/pf/pubs/focus/pubs/eop_report.pdf)

Maddaleno, M. & J. Schuitt-Aine (2002) <http://www.paho.org/English/HPP/HPF/ADOL/SRH.pdf>

Manlove, J. (2004) <http://www.teenpregnancy.org/works/pdf/NotimetoWaste.pdf>

**Trabalho**

Betcherman, Olivas & Dar (2004)

<http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Labor-Market-DP/0402.pdf>

Castro, C. & A. Verdisco (1999) <http://www1.worldbank.org/education/secondary/documents/Castro.htm>

**Educação**

Aedo, C. & S. Nuñez (2001)

<http://www.cinterfor.org.uy/public/english/region/ampro/cinterfor/temas/youth/doc/aedo/index.htm>

**Uso de Drogas**

Office of Justice Programs (2000): <http://www.ojp.usdoj.gov/docs/psrsa.pdf>

ser transmitidas aos pais e mães de várias maneiras, como, por exemplo, (a) oferecer cursos de habilidades parentais e gerenciamento de conflitos para pais, mães ou cuidadores/as, através dos centros familiares comunitários que já estão construídos em mais de 900 municípios no Brasil,<sup>19</sup> (b) exigir a participação dos pais, mães e cuidadores/as nesses cursos como pré-requisito para receber as transferências do

*Bolsa Família*,<sup>20</sup> e (c) usar a mídia, particularmente durante as telenovelas noturnas, para transmitir habilidades parentais.

Ao nível da comunidade, diversas iniciativas podem ser ampliadas: (a) os fundos de investimento social podem incluir jovens no planejamento e na implementação de projetos, ou prover serviços para jovens (de uso imediato ou futuro), tais como atividades para o desenvolvimento

**Caixa 4: Investir nas Crianças e nos Pais: O Programa Pré-Escolar de Perry**

Em 1962, 123 crianças afro-americanas de alto risco foram selecionadas para participar de um programa pré-escolar de alta qualidade, de aprendizagem ativa para crianças de 3 e 4 anos de idade. As crianças foram divididas aleatoriamente entre um *grupo programa*, que participou do programa pré-escolar, e um grupo *não-programa*, que não participou de nenhum programa pré-escolar. O programa enfocou as crianças e a família. Ele era constituído de aulas diárias para 20-25 crianças e visitas semanais às residências para discutir o desenvolvimento das crianças com os pais. Os tópicos incluíam saúde, educação e apoio familiar, e envolviam a participação ativa das crianças, fazendo com que elas planejassem, executassem e revissem suas próprias atividades de aprendizado.

- Todas as crianças, à medida que cresciam, foram então acompanhadas até a idade de 40 anos. Isso permitiu um estudo sobre a avaliação do impacto, no longo prazo, de um programa intensivo baseado na família e na criança.
- 65% dos/as que receberam uma educação pré-escolar terminaram o segundo grau (ensino médio), contra 45% do outro grupo.
- 69% dos/as que receberam uma educação pré-escolar estavam empregados aos 27 anos de idade - contra 56% do outro grupo. Este padrão permaneceu consistente até os 40 anos (76% v. 62%)
- 60% dos/as que receberam uma educação pré-escolar ganhavam mais de US\$ 20.000,00 aos 40 anos de idade, contra 40% do outro grupo.
- O grupo que havia recebido uma educação pré-escolar teve menor número de prisões:
  - 36% v. 55% foram presos cinco vezes ou mais
  - 33% v. 48% foram presos por crimes violentos
  - 14% v. 34% foram presos por crimes relacionados a drogas
  - 36% v. 58% foram presos por crimes relacionados à propriedade

**Houve um retorno para a sociedade de mais de US\$ 17,00 por cada dólar investido no programa.**

Fonte: Schweinhart (2004)

19 - O Office of Juvenile Justice and Delinquency Programs do Governo Federal dos Estados Unidos (OJJDP) lançou, me meados da década de 1990, a iniciativa chamada "Fortalecendo as Famílias Americanas", destinada a lidar com a violência juvenil e medir os impactos de programas. Os resultados avaliados mostram que, para que sejam maximamente efetivas, as intervenções têm que começar o mais cedo possível, treinando pais e cuidadores em disciplina positiva efetiva, ajudando a melhorar a comunicação pais-filhos, ensinando aos pais habilidades não-violentas para lidar com os problemas, provendo famílias de alto risco com intervenções intensivas e constantes para a família e os jovens através de profissionais, encorajando encontros familiares semanais a fim de mudar as dinâmicas internas da família e os padrões de comunicação, e ajustando-se aos tipos de riscos que as famílias enfrentam e ao estágio de desenvolvimento dos jovens e dos pais visados (Bilbik, 1998).

20 - O comparecimento a apresentações regulares são uma condição para receber as transferências monetárias no programa colombiano *Famílias en Acción* e no programa mexicano *Oportunidades*. O tema da apresentação é selecionado pela comunidade, e o evento é oferecido pelo próprio programa.

### 3.2. Propiciar o Ambiente Adequado para a Prevenção de Riscos

Programas de prevenção centram-se em propiciar o ambiente adequado, de modo que as pessoas cresçam num contexto saudável. Como demonstrado neste Relatório, eventos e experiências que ocorrem cedo na vida podem aumentar ou diminuir a probabilidade de que pessoas jovens engajem-se em comportamentos de risco. Para expandir a população jovem saudável de amanhã, é importante criar o ambiente adequado hoje. Análises de custo-benefício de programas implementados em outros países mostram que

esforços preventivos têm maior eficácia em relação aos custos que ações corretivas, enfatizando mais ainda a importância dessa abordagem. Três áreas prioritárias para ação preventiva no Brasil surgiram deste estudo:

**(II) Criar Pessoas Adultas Solidárias: Ajudar Famílias e Comunidades a Criar Jovens Saudáveis.** Programas para apoiar a família e a comunidade ou dar a elas ferramentas para apoiar seus e suas jovens são uma necessidade imediata. Estímulos desde a primeira infância, gerenciamento de conflitos, supervisão parental de adolescentes, formas de lidar com relações familiares, tudo isso são desafios regularmente enfrentados por pais, mães e cuidadores/as, mas existem ferramentas para facilitar essas tarefas e melhorar o ambiente familiar para jovens. Tais informações podem

da primeira infância ou programas supervisionados de recreação; (b) programas regulares de lazer supervisionado podem ser implementados em espaços comunitários partilhados – praças centrais, parques públicos, igrejas, centros comunitários e muitos outros espaços públicos já existentes – e os recursos podem ser gastos em materiais para o programa e para remunerar a supervisão adulta,<sup>21</sup> em vez de usados na construção de caros espaços de lazer; e (c) podem ser implantados programas de melhorias urbanas para aumentar a segurança em um bairro ou área, tal como está sendo atualmente feito em comunidades pobres em Salvador e Ilhéus através do reassentamento das casas em áreas de alto risco (*palafitas*), da instalação de infra-estrutura de água e esgoto, do calçamento de ruas e, muito importante, da provisão de pessoal e material para implementar programas sociais nas comunidades (creches, contratos feitos com a comunidade para realização ou supervisão de pequenas obras, etc.).

**(III) Desenvolver os e as Jovens desde o Nascimento: programas para a primeira infância.** A expansão dos programas de desenvolvimento da primeira infância é um método preventivo crucial para reduzir o número de jovens em situação de risco dentro de poucos anos. (Ver Caixa 4 para um exemplo). Menos de 20% das crianças beneficiam-se de programas para a primeira infância – muitos dos quais são meros arranjos para deixá-las com babás privadas. Isso sugere que as transferências do governo federal para o município com o propósito de prestar serviços à primeira infância não estão alcançando as crianças menores. O novo FUNDEB deveria facilitar a expansão de tais serviços para as crianças mais jovens, já que os recursos seriam vinculados à prestação de serviços na pré-escola (e também entre outras escolas). Para aumentar os incentivos à pré-escola, as taxas vinculadas recebidas pelos municípios poderiam ser destinadas especificamente ao pré-escolar e ao primeiro ciclo da educação fundamental (1ª à 4ª séries), enquanto as transferências para os estados ficariam para o segundo ciclo do fundamental (5ª à 8ª séries) e o ensino médio.

O desenvolvimento da primeira infância também pode ser reforçado em casa. Os pais, mães e cuidadores/as freqüente-

mente desconhecem as técnicas apropriadas para estimular o desenvolvimento das crianças, e isso pode ser ensinado usando os incentivos mencionados acima, com resultados excelentes.

**(IV) Pôr e Garantir que as Crianças Permaneçam na na Escola:** As escolas são um fator vital de proteção, e o simples fato de manter os e as jovens em escolas fará com que diminua a incidência de comportamentos negativos e resultados desfavoráveis. Os esforços atuais para ampliar os incentivos aos municípios e estados para que aumentem a matrícula no ensino médio, através do FUNDEB (*Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Básico e Valorização do Magistério*) é um avanço importante para o desenvolvimento dos e das jovens. Além dos benefícios pedagógicos de mais escolas e programas de educação, um ambiente escolar seguro, com professores capacitados que instilam disciplina nos alunos e os ensinam a ser cuidadosos consigo mesmos e com os outros também reduzirá muitas outras doenças sociais. Os fundos adicionais para o ensino médio são mais que oportunos, dado o atual crescimento do número de jovens e as altas taxas de repetência.

Além disso, da perspectiva do desenvolvimento de jovens, alguns fatores merecem atenção especial: a) a expansão dos quadros de pessoal das escolas, incluindo um/a especialista em saúde mental (para lidar com questões comportamentais) e orientadores/as (para preparar os/as jovens para a transição escola/trabalho); (b) a melhoria da segurança nas escolas (em termos de violência tanto física quanto psicológica) e a integração de técnicas de gerenciamento de conflitos na administração da escola; (c) a ampliação da relevância das escolas, através de um currículo de alta qualidade (apoiado com o fornecimento de livros-texto para os alunos do nível médio), de uma equipe preparada de professores/as, e de materiais para facilitar a aprendizagem, particularmente de matemática e ciências; (d) a expansão e adequação do programa *Bolsa Família* para fornecer os incentivos corretos para o/a aluno/a completar o ensino médio, particularmente levando em conta a distorção idade-série, e (e) o uso das instalações da escola para atividades extracurriculares, principalmente lazer supervisionado, no estilo do programa *Abrindo Espaços*.

### 3.3. Programas Corretivos

Idealmente, seriam feitos investimentos apropriados nos primeiros anos de vida de toda criança, mas alguns e algumas jovens inevitavelmente cairão pelas frestas. E nunca será possível eliminar todos os riscos na vida das crianças. Além disso, existe uma geração atual que foi negativamente plasmada por seu ambiente e já se encontra engajada em comportamentos de risco, ou sofrendo as conseqüências negativas de tais comportamentos. Esse grupo não pode ser esquecido numa estratégia de desenvolvimento juvenil. Embora os programas corretivos sejam dispendiosos, são a única forma de alcançar os e as jovens em situações de maior risco. Com base nas conclusões deste Estudo, são recomendados dois tipos específicos de programas corretivos:

**(V) Reabilitar Jovens e suas Famílias através de tratamento direcionado e individualizado:** Os programas corretivos efetivos focalizam o desenvolvimento humano, em vez de tratar o comportamento. Por exemplo, pôr pessoas jovens na prisão impedirá que ajam violentamente em suas comunidades, mas não mudará o conjunto de crenças centrais e as experiências que, em primeiro lugar, levaram a pessoa à prisão. Em vez disso, programas corretivos efetivos concentram-se em mudanças do sistema de valor que está por trás da escolha de assumir o comportamento de risco.

Um meio efetivo de reprogramar pessoas jovens já engajadas em comportamentos negativos é oferecer aconselhamento intensivo e atividades produtivas fora de suas próprias comunidades repletas de influências negativas. O que se está recomendando não é a institucionalização; ao contrário, é necessário criar atividades produtivas cuidadosamente planejadas, em uma comunidade aberta que não ofereça as mesmas influências negativas que o/a jovem encontra na sua própria. Por exemplo, algo que tem sido usado em outros países é um “programa voluntário”<sup>22</sup> de longo prazo no qual jovens são ativamente engajados em trabalho voluntário organizado, mas vivem fora de suas comunidades numa casa comunitária com uma equipe de assistentes sociais especializados em desenvolvimento

de jovens. Isso difere do Serviço Civil Voluntário (SCV), que também enfoca educação e treinamento, mas onde o trabalho voluntário é um componente menor destinado a criar responsabilidade cívica. No caso dos programas voluntários de longo prazo, o objetivo é usar a experiência com o voluntariado para ensinar habilidades para o trabalho e para a vida, e todo o programa está apoiado por serviços sociais intensivos para lidar com questões comportamentais.<sup>23</sup> Pode-se imaginar uma versão brasileira do *Conservation Corps*, por exemplo, destinado a cuidar da Amazônia ou do Pantanal, ou um “Ano da Cidade” (*City Year*) que coloque pessoas jovens em cidades grandes para prover serviços que melhorem a qualidade da vida urbana – remoção de grafites, limpeza de parques e atividades que devolvam algo à comunidade, ao mesmo tempo em que os jovens aprendem como tomar decisões positivas que os manterão afastados dos comportamentos de risco.

**(VI) Facilitar a transição escola/trabalho para jovens em situação de risco.** Alguns e algumas jovens têm dificuldade particular de deixar a condição de estudante de tempo integral para a de empregado/a em tempo integral, o que se reflete nas estatísticas elevadas apresentadas neste relatório nos itens “trabalha e estuda” e “não trabalha nem estuda”. A dificuldade nessa transição não é surpresa, já que os/as jovens não têm experiência de integrar-se no mercado de trabalho e, além disso, os/as jovens em situação de risco tendem a carecer das habilidades sociais e técnicas necessárias para encontrar e manter empregos, além de muitos outros fatores que complicam sua vida de trabalho.

Em termos de políticas, melhores serviços de intermediação no trabalho, combinados com treinamento para o trabalho ou estágios, junto com um sistema de apoio ao jovem, são um pacote caro, mas efetivo. Isso poderia ser alcançado através de adaptações de programas existentes. Por exemplo, um novo componente do SINE poderia ser criado ou terceirizado para melhor atender a população dos jovens em situação de risco. Isso não apenas ofereceria informações sobre vagas de trabalho, mas também outros serviços necessários para esses e essas jovens: cursos sobre habilidades sociais para o mercado de trabalho, técni-

21 - A pesquisa tem mostrado que a construção de centros comunitários ou campos de esportes não afeta o comportamento dos/as jovens. Em vez disso, o que é importante são atividades supervisionadas, onde exista uma estrutura e nas quais eles contem com o estímulo e a supervisão de adultos interessados. (Clark, 1998). O *Project Learn* nos Estados Unidos baseia-se na observação de que comportamentos arriscados tendem a ocorrer entre as 3 e as 5 horas da tarde (após a saída da escola). O programa visa preencher efetivamente as horas de lazer da tarde dos jovens com atividades que tenham um foco acadêmico, mas também sejam de natureza divertida. As 23-25 horas de atividades semanais incluem ajuda para os trabalhos escolares, discussões com adultos, tempo livre para leitura, e jogos que utilizem habilidades cognitivas (como *Scrabble* e *Monopólio*). De acordo com a avaliação, feita após 30 meses de funcionamento, (Schinke, 2000), os/as participantes do programa aumentaram suas pontuações acadêmicas médias em 11%, em matemática, história, ciência, escrita e leitura, e suas ausências escolares diminuíram 66%.

22 - Muitas vezes é dado um pequeno estipêndio, não um salário, já que os programas usam o trabalho comunitário para treinamento e não emprego.

23 - A estrutura do modelo também difere em quatro aspectos importantes: nos programas de voluntários de longo prazo, os jovens trabalham e vivem em comunidades que não são as suas; vivem com um grupo de assistentes sociais que os supervisionam e aconselham; a duração do trabalho comunitário é de 6 meses a 2 anos, dependendo do tempo que o jovem leve para completar o programa; e as oportunidades de trabalho voluntário são selecionadas e definidas pelo programa e pela comunidade.

**Caixa 5: Modelos para Jovens na América Latina – o Futuro da Transição Escola/Trabalho para Jovens em Situação de Risco?**

Por toda a América Latina, os Governos estão fazendo experiências com um programa para jovens em situação de risco que está mostrando resultados notáveis. O programa baseia-se em alguns pressupostos: jovens de áreas pobres não têm habilidades para entrar no mercado de trabalho e nem conhecimentos sobre como procurar e manter um treinamento ou emprego; o custo de oportunidade de preparar-se para um emprego é alto para o jovem e sua família (especialmente no caso das jovens); e é impossível prever as habilidades que o mercado demanda. Como resultado, desenvolveu-se um modelo com variações em torno de diretrizes gerais:

- O treinamento para o trabalho é provido por ONGs que somente são aceitas no programa se tiverem já garantido um estágio para seus e suas estudantes logo que terminem a parte do treinamento feita em sala de aula. Requer-se também que os e as estudantes tenham sido aprovados/as nos treinamentos apropriados para as funções demandadas pelo estágio.
- Os serviços das ONGs são oferecidos na comunidade onde vive o/a jovem, a fim de encorajar a participação num ambiente familiar e fornecer o serviço personalizado requerido pelo programa.
- O programa tem um componente intensivo de “habilidades para a vida”, que requer o desenvolvimento de um plano de vida (educação e emprego), gerenciamento de conflitos, técnicas de busca de emprego.
- Os serviços sociais são componentes-chave do programa
- O programa exige disciplina em termos de modo de vestir-se, pontualidade, presença ou absentismo, e comportamento; é explicitado que os/as estudantes que não atenderem às exigências poderão ser expulsos.
- É dado um estipêndio para transporte, almoço e creche (para mulheres com crianças) durante a duração do programa.
- Os empregadores/as não pagam o custo total do/a aprendiz e não têm obrigação de empregá-lo/a ao final do estágio.

As avaliações do impacto do programa mostram que ele tem tido sucesso em conseguir trabalho para jovens em situação de risco, e o tempo em que esses e essas jovens permanecem nos empregos é maior que o daqueles que não participam.

Fonte: Nópo, Robles, e Saavedra 2002

cas de procura de emprego, e serviços de *follow-up* para os que buscam trabalho.

Para complementar o SINE, as habilidades técnicas de jovens em situação de risco precisam ser aumentadas. Embora exista uma grande variedade de escolas técnicas, e o Presidente da República haja recentemente anunciado sua expansão, esses programas – Sistema S, CIEE, e escolas técnicas – estão muito fora do alcance da maior parte dos e das jovens em situação de risco. Componentes especiais também poderiam ser agregados aos programas, seja através dos próprios ou contratados com o setor privado para prover apoio intensivo a jovens em situação de risco que careçam dos requisitos educacionais e comportamentais

para participar<sup>24</sup>.

O treinamento tem que ser combinado com treinamento prático no trabalho, através de estágios como aprendiz, tanto para garantir a relevância do treinamento quanto para ajudar os e as jovens na transição da esfera escolar para a do trabalho. Embora o SINE possa ser usado para dar oportunidades de treinamento a jovens em situação de risco (bolsas, estágios), deve-se cuidar para que os trabalhadores contratados por um empregador realmente tenham algo a oferecer à empresa. Apenas assim podem ser cumpridas as leis sobre treinamento/estágio. Como uma alternativa, empresas de treinamento publicamente financiadas (com recursos públicos ou privados) podem

**Tabela 4: Papel Proposto para cada Ator no Desenvolvimento de Estratégias para Jovens, com base em Vantagens Comparativas Institucionais**

ATOR	VANTAGEM COMPARATIVA	PAPEL POTENCIAL
GOVERNO FEDERAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Competência técnica em desenvolvimento de jovens e M&amp;A</li> <li>• Recursos financeiros</li> <li>• Visão global dos/as jovens no Brasil</li> </ul>	Permitir ações no nível local para desenvolver e implementar suas estratégias <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer diretrizes básicas, princípios e critérios legais para a formulação de políticas no nível local</li> <li>• Criar incentivos para que as agências implementadoras locais sigam as diretrizes para o desenvolvimento eficiente e efetivo dos jovens</li> <li>• Prover recursos e assistência técnica para programas promissores</li> <li>• Ser entidade independente para monitorar e avaliar os impactos de programas locais</li> </ul>
GOVERNOS ESTADUAIS E LOCAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações sobre as necessidades de suas populações</li> <li>• Relação próxima com organizações locais</li> </ul>	Desenvolver localmente estratégias apropriadas para o desenvolvimento de jovens que sejam ajustadas às necessidades de seus e suas beneficiários/as, mas que estejam dentro de princípios estabelecidos nacionalmente para boas políticas para jovens <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar estratégias locais para jovens, gerenciando o processo para definir a natureza dos programas, identificando e contratando ONGs, supervisionando o processo e inspecionando o programa e a coleta de dados sobre impactos</li> <li>• Ser a interface entre o nível local (jovens e implementadores do programa) e o nível nacional</li> <li>• Coletar dados que possam ser usados para avaliar o impacto de programas locais</li> </ul>
SOCIEDADE CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações sobre quem necessita de que tipo de serviços de apoio.</li> <li>• Apoio personalizado</li> <li>• Já é a principal implementadora de programas para jovens</li> </ul>	Desenhar e implementar programas para jovens, junto com eles <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar programas usando recursos públicos e assessoria técnica, nos âmbitos nacional, estadual e municipal</li> <li>• Prover insumos e feedback para os planos estratégicos do Governo</li> <li>• Prover supervisão para garantir o uso efetivo de fundos públicos para o desenvolvimento dos jovens</li> </ul>
SETOR PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos</li> <li>• Fonte de oportunidades</li> </ul>	Ser um modelo positivo e prover oportunidades <ul style="list-style-type: none"> <li>• Servir como mentores/as para jovens que não têm modelos positivos</li> <li>• Prover trabalho e outros incentivos para jovens em situação de risco, a fim de incluí-los/as na sociedade</li> </ul>
FAMÍLIAS E COMUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As principais fontes de influência sobre as pessoas jovens</li> </ul>	Criar um ambiente positivo para jovens <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar de programas para fortalecer sua influência positiva sobre jovens.</li> <li>• Dar retornos às ONGs e ao governo local sobre as necessidades das pessoas jovens</li> <li>• Encorajar as pessoas jovens a participar dos programas oferecidos localmente.</li> </ul>
JOVENS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais clientes</li> <li>• Conhecimento sobre os tipos de apoio de que precisam e os tipos de incentivos aos quais responderiam</li> </ul>	Oferecer serviços para o desenvolvimento de jovens e participar junto com eles/as <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuar como parceiros no desenvolvimento de estratégias para jovens, trazendo a perspectiva dos jovens para o debate e a ação.</li> <li>• Participar dos programas e encorajar os/as colegas a que façam o mesmo.</li> <li>• Implementar programas para jovens</li> </ul>

24 - Recomendações específicas não são feitas já que o SINE e Sistema-S deveriam ser analisados mais profundamente antes de qualquer sugestão para reforma.

ser necessárias para identificar e contratar postos de aprendizes em firmas privadas, mesmo antes de o treinamento ser oferecido.

Finalmente, um sistema de apoio mais amplo é necessário para ajudar cada jo vem a ser um/a melhor trabalhador/a. Isso requer a colaboração entre agências especializadas em outras áreas ou fatores – cuidado infantil, saúde, transporte, violência doméstica, etc. – que influenciam as chances de uma pessoa vir a ser um/a bom/boa empregado/a. A Caixa 5 mostra que essa não é uma tarefa impossível, apresentando um modelo bem-sucedido que tem sido implementado em vários países da América Latina para jovens em situação de risco.

### 3.4. A Responsabilização de Agentes como Estratégia Central: Atribuir e Coordenar Responsabilidades Institucionais entre um amplo grupo de agentes, levando em conta suas vantagens comparativas

Quem deve implementar os programas? A análise oferece algumas diretrizes para informar essas políticas. O Relatório destaca a multidimensionalidade da condição dos/as jovens em situação de risco: de um lado, um único fator pode estar levando a múltiplos comportamentos de risco e, de outro, um conjunto de fatores pode levar à reincidência em um tipo específico de comportamento negativo. Além disso, a incidência das situações de risco difere grandemente em função de fatores sociais, econômicos, geográficos e demográficos. Essa complexidade sugere ser necessário que as políticas para jovens afastem-se das estratégias fundadas em instituições específicas para jovens e movam-se na direção de uma estratégia holística, multidimensional, que tenha os jovens, e não instituições, no centro. Na prática, isso requer centrar-se no *comportamento* que os elaboradores de políticas e a sociedade desejam mudar, e então se organizar para que cada instituição ou indivíduo contribua da melhor maneira possível para o esforço conjunto. A heterogeneidade aponta para a necessidade de adequar programas e políticas a fatores geográficos, demográficos e socioeconômicos, o que requer instituições locais que possam definir e prover apoio para as necessidades específicas de seus e de suas jovens.

O Relatório também mostra que pessoas e instituições em todos os níveis da sociedade afetam o desenvolvimento de jovens e são afetadas por ele. As maiores influências são exercidas pelos mais próximos – a família, a comunidade, e insti-

tuições locais –, mas mesmo os governos estaduais e federal, e normas sociais mais gerais, têm um papel a desempenhar. Adicionalmente, os comportamentos dos jovens impõem custos sobre todos, não apenas sobre os próprios jovens. Esses fatos sugerem que atores em todos os níveis da sociedade têm um papel e uma responsabilidade quanto ao desenvolvimento dos jovens. As últimas recomendações de políticas desta seção são:

**(VII) Envolver e Coordenar um amplo conjunto de atores para o desenvolvimento holístico de Jovens.** Com base nas vantagens comparativas de atores governamentais e não-governamentais de diferentes níveis, podem ser identificados papéis claros (Tabela 4). Os vários atores no Brasil estão bem posicionados para fortalecer a divisão de trabalho e atuar de modo mais colaborativo, com menos superposições. Por exemplo:

- A recente criação da *Secretaria Nacional de Juventude* garante um corpo central diretivo estrategicamente posicionado na *Secretaria Geral* da Presidência da República para facilitar a colaboração entre os Ministérios e desenvolver uma estratégia nacional. Focalizando o desenvolvimento de prioridades e diretrizes nacionais para possibilitar ações no nível local através de apoio técnico e financeiro, a Secretaria pode alavancar orçamentos públicos e privados para impacto máximo. Outros Ministérios também estão fazendo isso com suas próprias estratégias para os jovens.
- Os e as próprios/as jovens estão-se mobilizando no nível de suas comunidades, e também nacionalmente. O recém-organizado *Vozes Jovens* (ver Caixa 6) desenvolve uma proposta de políticas nacionais para jovens. Esse grupo de líderes jovens de ONGs tanto fortalece o movimento das ONGs quanto dá aos jovens uma voz no cenário nacional e mantém, por iniciativa própria e de forma independente, a sua própria rede de informação e mobilização, a Rede Nacional de Juventude-RENAJU. Além disso, o contínuo patrocínio desse grupo e a manutenção de diálogos sérios com ele são insumos necessários para a estratégia nacional e para sua implementação nos níveis mais baixos de governo. Ao nível local, os eas jovens continuam a contribuir através de seus próprios programas e ações.
- Governos estaduais e locais têm desenvolvido estratégias para jovens e estão canalizando recursos federais e os seus próprios para organizações locais da sociedade civil e empresas do setor privado que implementarão programas. A melhor coordenação entre os níveis estadual e local para definir grupos-

alvo, prioridades e a divisão de trabalho em cada nível de governo permitirá maiores eficiências na provisão dos serviços (ver Caixa 7 para um exemplo).

- As ONGs já estão muito ativas na implementação de programas e dando retornos para o governo em todos os níveis. O papel da sociedade civil pode ser ainda aprimorado, direcionando essa criatividade e energia, alinhando prioridades locais, encorajando ainda mais a ação das ONGs através de incentivos e apoio governamental (financeiro e técnico) e melhorando a elaboração de programas através do desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação.

A implementação exitosa deste modelo requer um grupo de pessoas em todos os níveis da sociedade que estejam familiarizados com as questões da juventude e com políticas adequadas para abordá-las. Este não é um pré-requisito trivial, dada a complexidade dos anos juvenis. Contudo, a recente organização do tema da juventude, sua elevação a níveis mais visíveis no governo, e o rico diálogo em torno do assunto já são importantes para o processo de educação.

O desafio da coordenação é mais difícil, mas há experiências bem sucedidas no Brasil. Por exemplo, em alguns

municípios o programa *Bolsa Família* pôs a clientela e suas necessidades no centro e adequou os serviços municipais e o apoio de ONGs para que atendam às necessidades específicas do seu público-alvo (Caixa 8). No nível nacional, o Comitê Interinstitucional reúne-se regularmente para trabalhar com os diversos Ministérios envolvidos e compreender as necessidades específicas dos/as jovens de cada Estado. Os Ministérios do Trabalho e da Justiça colaboram com o Serviço Civil Voluntário. E a lista não tem fim.

E mesmo as políticas que parecem “setorialmente específicas” desempenham um papel em muitos setores, níveis de governo, e atores não-governamentais. Por exemplo, para continuar a expandir o ensino médio, alguns dos/as participantes necessários são: o Ministério da Educação, fornecendo as escolas e as diretrizes pedagógicas a serem mais desenvolvidas pelos departamentos de educação locais; o Ministério do Trabalho e Emprego, fornecendo as diretrizes para conselheiros/as, orientadores/as e serviços escola/trabalho contratados localmente; o Ministério do Desenvolvimento Social, provendo os recursos do *Bolsa Família* para encorajar a frequência escolar e estimular as instituições locais a apoiarem o processo; e ONGs e jovens locais que ofereçam o lazer supervisionado para programas após a escola, e assim por diante. Embora a coordenação de tudo isso seja um desafio, esta é uma abordagem necessária para ajudar os jovens em risco.

#### Caixa 6: Políticas por Jovens e para Jovens

A comunidade de jovens do Brasil está em processo de se organizar para, de forma inclusiva, definir uma estratégia a ser apresentada ao Governo como contribuição dos e das jovens ao debate da questão no nível nacional. O grupo foi criado em 2003 como resposta ao convite do Banco Mundial aos e às jovens para que oferecessem insumos para a Estratégia de Assistência ao País sendo então elaborada. Em 2004, representantes de mais de 100 ONGs de jovens encontraram-se – num processo chamado *Vozes Jovens* – para começar a definir uma proposta de estratégia a ser apresentada ao Governo Federal. As conclusões da I Conferência do *Vozes Jovens* foram publicadas em 2004. O processo culminou em março de 2005, quando as organizações de jovens e seus parceiros no Governo e na comunidade internacional realizaram a II Conferência do *Vozes Jovens*, com o objetivo de refinar a estratégia criada na conferência anterior. Mais de 200 jovens de todo o Brasil, representando uma amostra variada da juventude no País, em termos de raça, gênero, status de renda, etnia, grau de deficiência e idade, passaram três dias reunidos e produziram a estratégia, resumida no *Relatório Final – Vozes Jovens Rita Janaina Quadros*. A estratégia define ações nas áreas de educação; mercado de trabalho; cidadania e participação social; direitos humanos, ação afirmativa, gênero, e raça; esportes, cultura, lazer, tecnologia, e comunicações; ambiente; e saúde. O próximo passo é discutir com o Governo as recomendações apresentadas na Estratégia.

Fonte: Anexo II

**Caixa 7: Rio de Janeiro - Programas da Cidade e do Estado**

Os governos estadual e municipal do Rio de Janeiro têm sido ambos muito ativos, mas com resultados muito diferentes nos seus programas para jovens. A comparação dos programas não apenas destaca modelos diversos para o desenvolvimento de jovens, mas também as dificuldades do trabalho com diferentes níveis de governo:

**Arranjo Institucional:** O governo estadual tem uma Secretaria de Estado da Infância e da Juventude (SEIJ) cujo mandato é coordenar todos os programas voltados para crianças e jovens. Todos os programas existentes foram postos sob a supervisão da SEIJ. Ao mesmo tempo, o município do Rio de Janeiro estabeleceu em 2002 um comitê de coordenação (o *Macrofunção Jovem*) responsável pela coordenação e integração de todos os programas municipais com foco sobre jovens ou adolescentes.

**Populações Alvo e Estratégias:** A missão do Governo do Estado do Rio é “mudar o status quo dos e das jovens do Rio e criar novas perspectivas de desenvolvimento humano para a sua juventude, suas famílias e comunidades”. O grupo-alvo está assim caracterizado: de 10 a 22 anos de idade, raça mista, baixa educação, vivendo em áreas pobres, com problemas familiares e com necessidades básicas não atendidas. Os programas dão ênfase particular a jovens em situação de risco e a suas famílias. Dá-se prioridade a comunidades onde os riscos são mais recorrentes, de acordo com estudos feitos pela Secretaria de Justiça e pela UNESCO. Os programas cobrem tudo, desde apoio a jovens sexualmente explorados até programas de nutrição; de programas para jovens deficientes a programas de apoio a famílias, e usam metodologias as mais variadas, como saúde mental, aulas, arte, esportes e trabalho comunitário. O governo municipal, por sua parte, centra-se em jovens excluídos, definidos como os que não têm acesso a atividades culturais ou sociais, nem a serviços públicos, por não estarem disponíveis em suas comunidades, e que são também discriminados no mercado de trabalho. A maioria dos programas centra-se em educação e na integração ao mercado de trabalho.

**Parcerias:** Tanto o governo estadual quanto o municipal têm fortes parcerias com a sociedade civil. As ONGs estão incorporadas na conceituação e na implementação dos programas da Secretaria e de alguns programas municipais.

Devido às diferenças nos grupos-alvo e nas metodologias, e ao pequeno número de programas, não existe superposição entre programas. No entanto, falta complementaridade, principalmente por causa da pouca coordenação entre os dois níveis de governo. Isso enfatiza a necessidade de um esforço concertado de coordenação intergovernamental para a provisão eficiente de apoio aos/às jovens e seus ambientes.

Fonte: Prates (2004)

**Caixa 8: A Participação Juvenil no Centro das Políticas**

A colaboração entre agências para melhor provisão de serviços é uma iniciativa em andamento no programa *Bolsa Família* que pode contribuir para o desenvolvimento dos e das jovens. Especificamente, as equipes do *Bolsa Família* em alguns municípios estão não apenas garantindo que as famílias cumpram as condições necessárias para receber os benefícios, mas indo além disso: as que trabalham com saúde, educação, administração municipal e assistência social também se reúnem regularmente para discutir as dificuldades encontradas por certas famílias para cumprir as condicionalidades do Programa. O pressuposto no qual se baseia essa estratégia é que fatores externos podem estar impedindo as pessoas de cumprirem totalmente as condições do Programa; sendo assim, essas famílias podem necessitar de serviços de apoio adicionais. Desse modo, o/a beneficiário/a e suas necessidades são o foco dos esforços da equipe do programa.

**REFERÊNCIAS**

- Assunção, J. (2005) “Brazilian Youth at Risk: Estimating the Costs of Not Preventing Risky Behavior.” Mimeo.
- Banco Mundial (2003) *Caribbean Youth Development* (Banco Mundial: Washington, DC)
- Banco Mundial (2005) *Youth in Numbers: Latin America and the Caribbean* (Banco Mundial: Washington, DC).
- Betcherman, B., K. Olivas, e A. Dar (2004) “Impacts of Active Labor Market Programs: New Evidence from Evaluations with Particular Attention to Developing and Transition Countries.” (Banco Mundial: Washington, DC).
- Bilchik, S. (1998) *Juvenile Justice Bulletin*. (Department of Justice: Washington, DC).
- Blum, R., C.A. McNeely, e P.M. Rinehart (2002) *Improving the Odds: The Untapped Power of Schools to Improve the Health of Teens*. (Center for Adolescent Health and Development, University of Minnesota: Minneapolis, MN).
- Bonelli, Regis, José Guilherme Reis, e Alinne Veiga (2004) “Characteristics and Determinants of Youth Unemployment in Brazil,” LCSES/World Bank, mimeo.
- Bradley, Steve e Anh Ngoc Nguyen (2006) “The School-to-Work Transition” em *The International Handbook on the Economics of Education*.
- Callahan, C et al. (1994). “Money for Guns: Evaluation of the Seattle Gun Buy-Back Program”. *Public Health Report* 109:472-477.
- Carlini et al. (2002) “Levantamento sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil – 2001.” (CEBRID/UNIFESP: São Paulo).
- Clark, R.M. (1988) *Critical Factors in Why Disadvantaged Children Succeed or Fail in School*. (Academy for Educational Development: Nova York).
- Dalbosco Dell’Aglia, Debora, Vicente Cassepp Borges, e Joana Severo Leon, “Índice de Bem-Estar Infante-Juvenil no Brasil”. Mimeo.
- Duke University (2004) *The Foundation for Child Development Index of Child Well-Being (CWI), 1975-2002*, mimeo.
- Instituto Cidadania (2004) *Projeto Juventude: Documento de Conclusão* (Brasília, Brasil)
- Knowles, J.C. e Behrman J.R. (2003) Assessing the economic benefits of investing in youth in developing countries. (Banco Mundial: Washington, DC).
- Koller, et al. (2005) “Juventude Brasileira: Comportamentos de Risco, Fatores de Risco e de Proteção.” Mimeo.
- Lynam, R. (1999) “Project DARE: No Effects at 10-Year Follow-Up”. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 67(4):590-593.
- Maloney W. e M. Bosch (2005). “Labor Market Dynamics in Developing Countries: Comparative Analysis using Continuous Time Markov Processes.” (Banco Mundial: Washington, DC). Inédito.

Ñopo, Hugo, Miguel Robles, e Jaime Saavedra (2002) “Una Medición del Impacto de Capacitación Laboral Juvenil ProJoven,” Documento de Trabajo GRADE.

OECD (1996). *Education at a Glance: Analysis*. (OCDE: Paris).

Palocci Filho, Antonio, Marco de Barros Lisboa, Octavio Ribeiro Damoso, Roberto Pires Massenberg, e Rozane Bezerra de Siquiera (Abril, 2005) *Orçamento Social do Governo Federal 2001-2004* (Ministério da Fazenda, Brasil).

Pena, Maria-Valeria, Barbara Brakarz, e Vania Medrado de Franco (2004) “Particularly Vulnerable Groups: Education and Schools in Indigenous and Quilombo Communities” in Maria-Valeria Pena e Maria Madalena dos Santos (org.) *Children's and Youth Vulnerability: Poverty, Exclusion and Social Risk in Five Brazilian States* (Banco Mundial: Brasília)

PISA (2003) “Literacy Skills for the World of Tomorrow: Further Results from PISA 2000”. (OCDE e UNESCO Institute for Statistics: Paris)

Prates, Ceres e Maria Beatriz Nogueira (2004) “Juventude e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Ações Executadas no Estado e no Município do Rio de Janeiro”.

Satcher, D. (2001) “Youth Violence: A Report of the Surgeon General.” (Department of Health and Human Services: Washington, DC).

Schinke, S. (2000) *Thirty-month Impact Assessment of Project Learn* (Columbia University School of Social Work: Nova York)

Schweinhart, Lawrence (2004). “The High/Scope Perry Preschool Study through Age 40: Summary, Conclusions, and Frequently Asked Questions.” (High/Scope Press: Ypsilanti, Mich.)

Spinks, Sarah “Adolescent Brains are Works in Progress.” PBS Frontline.

Waiselfisz, J. (2004) *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil: juventude, violência e cidadania*. (UNESCO: Brasília).

## ANEXO 1: ÍNDICE DE BEM-ESTAR JUVENIL

O índice apresentado nesta seção é uma adaptação de um *Child and Youth Index* (CYI) criado pela Duke University nos Estados Unidos. O índice original baseia-se no conceito de que jovens são pessoas multidimensionais cujo progresso não pode ser facilmente medido por um pequeno conjunto de indicadores. Nos Estados Unidos, o CYI tem sido calculado anualmente desde 1975, o que tem permitido acompanhar a tendência de desenvolvimento dos/as jovens durante mais de 30 anos.

O Índice de Bem-estar Juvenil (IBJ) brasileiro apresentado nesta seção foi criado especificamente para refletir as realidades dos e das jovens brasileiros/as. Ele inclui indicadores que medem: condições sócio-econômicas, saúde, comportamento, desempenho e participação. Dados amplamente disponíveis foram intencionalmente usados para facilitar a replicação desse índice ao longo dos anos. Os dados foram retirados de diversas fontes (ver as fontes no documento preparatório), e todos foram desagregados para permitir análises no nível estadual.

As variáveis específicas incluídas no cálculo do IBJ são:

- porcentagem de 10-17 anos com AIDS, porcentagem de 18-24 anos com AIDS
- taxa de gravidez entre as jovens de 15-19 anos
- taxa de suicídio entre 15-24 anos
- taxa de homicídio entre 15-24 anos
- taxa de mortalidade devida a causas externas entre 15-19 anos
- porcentagem de 12-17 anos que usa álcool, porcentagem de 12-17 anos que usa maconha, porcentagem de 12-17 anos que usa cocaína
- taxa de promoção escolar no segundo ciclo do ensino fundamental (da 5ª a 8ª séries), taxa de promoção escolar no ensino médio
- taxa de alfabetização na faixa de 15-24 anos
- classificação no teste PISA *Ensino Fundamental* feito na 8ª série, em português e matemática; classificação no teste PISA *Ensino Médio* feito na 11ª série, em português e matemática.
- média de anos de estudo entre os que têm 14 anos de idade
- taxa de frequência escolar de 7-14 anos, e de 15-17 anos
- taxa de desemprego entre 15-24 anos
- porcentagem de 10-17 anos que trabalha
- porcentagem de 10-17 anos que não trabalha nem estuda
- porcentagem de 16-24 anos no setor formal
- porcentagem de 16-17 anos que vota

Variáveis adicionais foram incluídas no Índice Brasileiro de Bem-estar Infante-Juvenil e no Índice Brasileiro Completo de Bem-Estar Infante-Juvenil, que inclui fatores mais gerais que afetam o desenvolvimento das pessoas jovens de hoje. Cada variável é padronizada usando-se como média a média nacional para aquele indicador. Em seguida, calcula-se a média das variáveis padronizadas, por Estado, e cria-se o índice.

## EQUIVALÊNCIAS MONETÁRIAS

Unidade monetária = Real (R\$)

US\$ 1 = R\$ 1,90 (Junho de 2007)

ANO FISCAL

31 de dezembro a 1º de janeiro

## SIGLAS e ABREVIATURAS

<b>AIDS</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>CEBRAP</b>	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
<b>CECRIA</b>	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
<b>CIEE</b>	Centro de Integração Empresa-Escola
<b>DARE</b>	Equivalente norte-americano ao PROERD-Programa Educacional de Resistência às Drogas
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Básico e Valorização do Magistério
<b>HIV</b>	Vírus da Imunodeficiência Humana
<b>IBJ</b>	Índice de Bem-estar Juvenil
<b>M&amp;A</b>	Monitoramento e Avaliação
<b>ONGs</b>	Organizações Não-Governamentais
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
<b>PISA</b>	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
<b>SAEB/ENEM</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/Exame Nacional do Ensino Médio
<b>SELJ</b>	Secretaria de Estado da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Empregos
<b>UNAIDS</b>	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e Aids
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>UNIFESP</b>	Universidade Federal de São Paulo



**Banco  
Mundial**

Unidade de Gerenciamento do Brasil  
Unidade de Gestão do Setor de Desenvolvimento Humano  
Região da América Latina e do Caribe